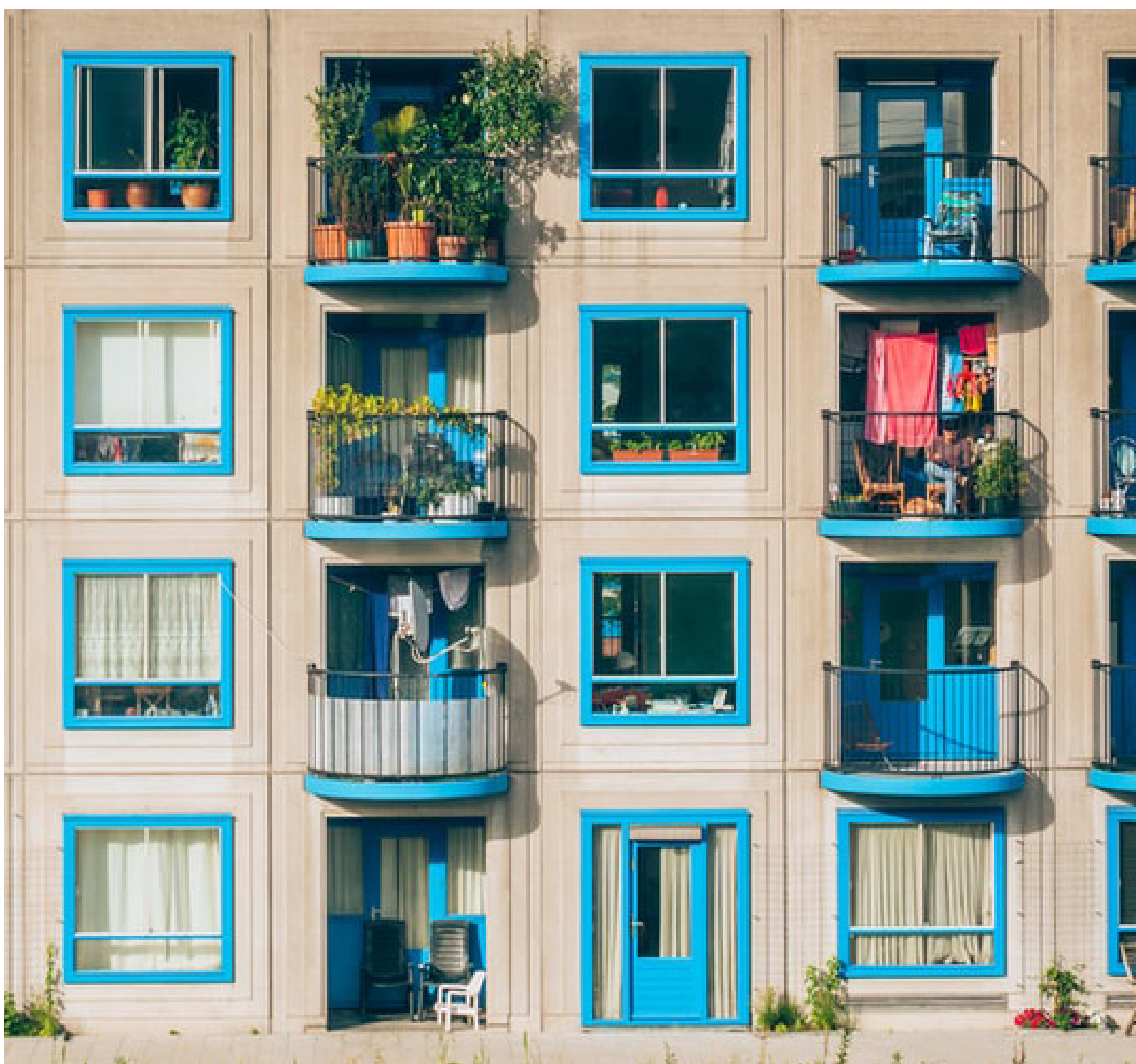


Cadernos de Estágio

Janelas de Diálogo



EXPEDIENTE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Reitor: Prof. Dr. José Daniel Diniz Melo

Vice-reitor: Prof. Dr. Henio Ferreira de
Miranda

Centro de Educação

Diretor: Prof. Dr. Jefferson Fernandes Alves

Vice-Diretora: Profa. Dra. Cynara Teixeira
Ribeiro

Editor

Prof. Dr. Thiago Emmanuel Araújo Severo

Comitê Editorial

Profa. Dra. Cynara Teixeira Ribeiro

Profa. Dra. Daniela Amaral Silva Freitas

Profa. Dra. Josivânia Marisa Dantas

Profa. Dra. Rute Alves de Sousa

Prof. Dr. Pablo Sebastian Moreira Fernandez

Organização

Prof. Dr. Thiago Emmanuel Araújo Severo

Prof. Dr. Paulo Roberto Souto Maior Junior

Design e Diagramação

Ana Beatriz Cordeiro do Nascimento

Santana

Revisão Textual

Ester Paixão de França



Editorial	5
Thiago Emmanuel Araújo Severo e Paulo Roberto Souto Maior	
Apresentação	7
Alexandre da Silva Aguiar, Danielle Grace Rego de Almeida, Josivânia Marisa Dantas, Vânia Aparecida Costa e Wilson Elmer Nascimento	
SEÇÃO I: Olhares pelas Janelas	
01. MANIFESTO	14
Davidson Santos	
02. Sobre as formas de resistir ao coronavírus e ao vírus do autoritarismo	17
Azemar dos Santos Soares Júnior	
03. Educação quilombola no contexto do Rio Grande do Norte	23
Francisco Cândido Firmiano Junior	
04. Desigualdade social e direito à educação em tempos de pandemia	26
Edilberto Cleuton dos Santos	
SEÇÃO II: Memórias	
05. A relação desigualdade social e educação no contexto da pandemia	30
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto	
06. O chão da escola é virtual	34
Graziele Amorim Arraes	
07. O Estágio Supervisionado de Licenciatura e as perspectivas no ensino remoto	37
Danielle Grace de Almeida e Daniela Amaral Silva Freitas	
08. Educação Infantil em foco: debates e análises em tempos de crise	42
Danielle Grace de Almeida e Teresa Régia Araújo de Medeiros	
09. EJA, mundo do trabalho e o direito à educação em tempos de pandemia	45
Danielle Grace de Almeida e Daniela Amaral Silva Freitas	

10. A desigualdade aprofundada na pandemia: os atravessamentos dos marcadores raça e gênero 51

Paulo Souto Maior

11. Enfrentamento dos desafios do ensino remoto: vozes de jovens educadores 54

Aline de Moura Mattos, Marcella Luana da Silva Lima e Tatiane Cunha de Souza Tenório

12. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia 58

Amanda Maria Domingos de Oliveira, Débora Karoline Silva de Azevedo e Flávia Roldan Viana

SEÇÃO III: Educar pelas Janelas

13. Família-escola na Educação Infantil: diálogos, saberes e práticas em tempos de pandemia 62

Francisca Ingrid de Lima Alves Costa Silva

14. A nossa resistência ativa em tempos de quarentena 65

Maria Rosineide Pereira

15. O trabalho docente no contexto da pandemia 69

Nathalie Rose Ramos da Fonseca Araújo

16. Desafios do ensino remoto para jovens e adolescentes em contexto da pandemia do Covid-19, experiência de uma escola Estadual em Natal 72

Adriana Frutuoso Barbosa

17. Conversando sobre aulas remotas em uma escola pública de ensino integral, em tempos de pandemia 75

Robson Potier

18. Educação das relações étnico-raciais para a igualdade 78

Andreia Regina Moura Mendes

Editorial

*Por Thiago Emmanuel Araújo Severo
e Paulo Roberto Souto Maior*



A crise sanitária desencadeada pela pandemia da Sars-Cov-2 confinou parte da população mundial em casa. Quando deu seus primeiros sinais na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, parecia muito distante do nosso país, houve quem dissesse que aqui a pandemia não chegaria. Infelizmente, chegou e com ela estabeleceram-se novas crises, ao passo em que foram intensificados e escancarados abismos sociais e desigualdades de diversas ordens. Desde março até dezembro, quando escrevemos este texto, mais de 180 mil vidas de brasileiros/as foram perdidas. Deixamos aqui o nosso pesar para todas as famílias e amigos de luto.

Os efeitos foram diversos e o primeiro deles, para o nosso caso, universidades e escolas, foi o trabalho em formato remoto. A casa cedeu lugar à sala de aula, à biblioteca, ao atendimento de estudantes e às reuniões. Instalou-se um dos piores pesadelos para aqueles que lidam diretamente com a formação inicial de professores: ofertar os estágios em formato remoto, em escolas e salas de aula virtuais. Se trabalhar com a educação remota emergencial apresentou um desafio sem precedentes, sistematizar a aproximação de professores e professoras até ambientes escolares, que também estavam aprendendo no e pelo fazer, foi como um grande labirinto.

Olhando com mais vagar para o nosso ofício, a qualidade da formação que poderíamos oferecer enquanto universidade e as parcerias estabelecidas com as redes de ensino apresentavam-se como prioridades e algumas estratégias começaram a ser construídas. Em maio de 2020, o Grupo de Trabalho de Estágios da UFRN (GT de Estágios) começou uma série de reuniões refletindo essas questões, criando articulações e diálogos com as demandas e con-

textos das escolas. Desse exercício de coletividade surgiu o *II Ciclo de Diálogos Universidade e Escola: cenários em tempos de pandemia*, realizado no formato remoto e transmitido ao vivo no canal do GT de Estágios da UFRN no Youtube, entre 20 a 24 de julho de 2020. Começamos a explorar o labirinto e as complexidades do remoto sem encontrar um fio de Ariadne, mas a abrir Janelas por entre os muros dos seus corredores.

Essas Janelas nos permitiram o encontro e as trocas, tão necessárias para problematizar e compreender melhor os desafios que eram apresentados. Nossos encontros ao longo do evento foram chamados, portanto, de Janelas de Diálogos, que contaram com a participação de professores da rede básica do Rio Grande do Norte, da universidade, discentes de cursos de graduação e de pós-graduação da UFRN, além de militantes sociais. Houve inscritos de diversas regiões do país, o que é indicativo do interesse em debater o tema. Pensando no êxito e reverberações do evento, nasceu esta edição da Cadernos de Estágio que os leitores e as leitoras têm em mãos. Ela reúne textos reflexivos sobre a relação entre educação e o momento pandêmico, registros do que foi discutido nas Janelas de Diálogos e ensaios cujo objetivo é analisar contextos, realidades e conjunturas que atravessam a formação de professores neste momento. Dividida em três seções, *Memórias*, *Educar pelas janelas* e *Olhares pelas janelas*, a presente edição é mais do que um registro oportuno de um momento, pode ser também uma lente para olharmos um 2021 ainda imprevisível ou um mapa inacabado para navegar no labirinto do remoto.

Bons diálogos!

APRESENTAÇÃO

GRUPO DE TRABALHO DE ESTÁGIO – GT/CE/UFRN II CICLO DE DIÁLOGOS UNIVERSIDADE E ESCOLA

Introdução

Desde meados de junho de 2020, quando o MEC assinou a portaria n. 544, de 16 de junho de 2020, que estabelece a possibilidade de retorno do estágio em modo remoto durante o período de pandemia, docentes integrantes do Grupo de Trabalho de Estágio (GT de Estágio), do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DPEC/CE/UFRN), reuniram-se para trazer à tona o debate sobre as implicações da realização, nesse formato, dos estágios supervisionados no âmbito das Licenciaturas da UFRN. Sabemos que muitos fatores devem ser levados em consideração antes de nos lançarmos a um modelo de trabalho cujas consequências para a educação são totalmente desconhecidas. Tais fatores evidenciam a necessidade de se discutir não somente a difícil dinâmica que envolve o estágio e a prática formativa de nossos estudantes fora do convívio escolar presencial, mas nos impele a olhar também para a gravidade do contexto que envolve as nossas realidades atuais. Como é do conhecimento de todos, a UFRN não possui um campo independente de estágio capaz de absorver inteiramente as necessidades de estágios supervisionados de seus licenciandos. Nesse sentido, a instituição se encontra em uma posição desafiadora, pois, se, por um lado, não pode oferecer a seus estudantes um espaço próprio de estágio, por outro, tem a fortalecido e intensificado parcerias, formando com a rede

pública de educação do Rio Grande do Norte uma área de atuação tão extensa quanto heterogênea e diversa.

A situação de pandemia, causada pela COVID-19, encontra-se ainda fora de controle no Brasil, impondo urgência e seriedade ao isolamento físico e à discussão a respeito das condições laborativas dos profissionais da educação. Essa nova circunstância de crise referente à saúde pública força o acareamento de antigos problemas que atingem a educação brasileira e que dizem respeito, na verdade, ao abismo de desigualdades sociais, racial e de gênero de nosso país. Sendo assim, a nossa responsabilidade com a formação inicial e continuada de professores deve ser a de prosseguir sem prescindir da qualidade da educação e da segurança física e profissional dos educadores do Rio Grande do Norte. Os esforços aqui empreendidos apontam, portanto, para finalidades basilares que envolvem a construção de uma rede sólida de apoio que possa garantir a eficiência do ensino-aprendizagem na formação inicial e continuada, a maturação de princípios de diversidade e de igualdade, a circulação de experiências entre estudantes em formação e profissionais atuantes e, por fim, o fluxo articulado entre teoria e prática.

Conscientes dessa responsabilidade e com o intuito de estreitar ainda mais a relação entre instituições, o GT de Estágio e representantes de diversas entidades uniram forças para a realização da segunda edição do Ciclo de Di-

álogos Universidade e Escola. A primeira edição ocorreu ao longo do mês de maio de 2019 e contou com a participação de várias instâncias e programas de formação docente da UFRN, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do RN, a Secretaria Municipal de Educação de Natal e mais pontualmente de quatro escolas da rede pública estadual de ensino. Teve como objetivo geral aprimorar o diálogo entre universidade e escola no âmbito da formação docente, inicial e continuada, reiterando a importância da escola na formação dos licenciandos, em especial, nos estágios curriculares obrigatórios, PIBID e Residência Pedagógica e dentre os seus resultados, produziu o documentário Primeiro Ciclo de diálogos universidade e escola que pode ser acessado no canal do GT de estágio no YouTube, juntamente com outros vídeos resultantes do II Ciclo: <https://www.youtube.com/channel/UC-wCKj0eGnn8yXVmqd0EgIQ>

Esse II Ciclo, evento, gratuito e online, objetivou fortalecer o diálogo entre a universidade e a escola no âmbito da formação docente inicial e continuada, como parte do esforço de construção colaborativa entre sujeitos e instituições diante dos desafios, limites e possibilidades da garantia do direito à vida e à educação em tempos de pandemia e contra o aumento das desigualdades sociais. A pergunta transversal O que a relação universidade escola tem a proporcionar em tempos de pandemia e pós-pandemia? orientou o Ciclo que foi organizado em três momentos realizados entre os dias 20 de julho e 29 de agosto de 2020 (a data inicialmente pensada foi ampliada), contando com uma multiplicidade de perspectivas entre discentes, docentes, pesquisadores da área de educação, coordenadores das licenciaturas da UFRN, militantes

e lideranças sociais, licenciandos e gestores de diferentes instâncias e instituições do estado. Durante esse período de ações, procurou-se solidificar, face às problemáticas atuais intensificadas pelo contexto da pandemia, princípios caros as nossas convicções institucionais, são eles: 1. reconhecimento da função social da universidade ao assumir o princípio do direito de todos e todas à vida, à saúde e à educação; 2. ação colaborativa entre os profissionais da escola, da universidade e estagiários, articulando formação inicial e formação continuada em um momento tão desafiador para o sistema público e no enfrentamento da pressão mercadológica sobre a educação; 3. valorização da experiência docente: reconhecimento da especificidade do trabalho docente como práxis e da realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão para que se possa conduzir o(a) egresso; 4. estabelecimento da escola pública como ambiência prioritária da formação, reconhecida como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério; 5. educação concebida como formação humana integral, integrada e inclusiva; e 6. comprometimento com a melhoria da formação inicial de professores para a educação básica, que ocorre nos cursos de licenciatura, com reflexão crítica, propositiva e teoricamente fundamentada, contemplando as dimensões científica, técnica, filosófica, política e afetiva de sua formação.

Nessa esteira, em que reunimos finalidades e preceitos essenciais, o presente texto propõe-se a apresentar importantes questões levantadas, mais especificamente nos segundo e terceiro momentos do II Ciclo e que se estenderam até o dia 29 de agosto. Após uma semana de intenso debate decorrente dos 10

encontros on line, intitulados “Janelas de Diálogos” - temática de Caderno de Estágio - que compuseram o primeiro momento do evento, as etapas seguintes do evento estruturaram-se a partir de outras dinâmicas. Em formato de seminário ou de reuniões, com exposições e falas espontâneas de convidados, os docentes, membros do GT de Estágio, puderam escutar diferentes entendimentos, vozes e experiências sobre o momento pelo qual a educação básica está passando no Brasil. Para tanto, conciliamos vivências de militantes e lideranças sociais, estudantes, educadores e gestores de diversas partes do estado do Rio Grande do Norte, notadamente das redes estadual e municipais de Natal e Parnamirim, bem como pontos de vista de alunos estagiários e de docentes das licenciaturas da UFRN.

Por fim, vale ressaltar que ao invés de reduzir a questão dos estágios à oferta ou não de componentes, tornou-se importante analisar fatores e forças que não somente tensionam a expectativa da formação qualificada, como também lançam o trabalho docente às sombras da precarização e do descaso público. Nesse sentido, o registro de tais experiências e perspectivas revela-se como tentativa de dar a devida densidade às circunstâncias de trabalho do professor e à degradação socioeconômica em que nos encontramos nesse tempo de pandemia. Dito isso, apresentamos dois tópicos principais. O primeiro focado no Seminário de sistematização e aprofundamento realizado no dia 30 de julho e o outro, mais sumarizado e organizado em função de questões e encaminhamentos construídos em duas reuniões realizadas, em separado, junto às Redes.

Seminário de sistematização e aprofundamento: questões e provocações

O Seminário de sistematização e aprofundamento ocorreu no dia 30 de julho e contou com a presença de diversos docentes da UFRN que atuam nos estágios, bem como professores supervisores e gestores das escolas das redes estadual e municipal do Rio Grande do Norte. O esforço de compilação desse debate, que marcou a segunda fase do II Ciclo de Diálogos: Universidade e Escola, não pretendeu esgotar as questões apresentadas, ao contrário, anseia, como já dito, fazer emergir antigas questões pelo ensejo das imposições dos novos desafios causados pela crise sanitária e de saúde pública. O documento produzido a partir dessa sistematização serviu também para embasar as temáticas da fase seguinte do evento, ou seja, o terceiro momento, cujo objetivo foi construir vias de entendimento sobre possibilidades e obstáculos para a reestruturação dos estágios supervisionados em formato remoto. A título de organização, os apontamentos foram divididos em três eixos: 1. a relação entre escola e comunidade; 2. a escola e formação inicial do licenciando e 3. as condições de trabalho do professor. Em seguida, apresentamos reflexões que foram elaboradas a partir das falas dos participantes.

O primeiro eixo foi guiado pelas seguintes perguntas. De que forma o processo de transformação/reinvenção de recursos e ferramentas pedagógicas está sendo visto durante esse período de pandemia? Até que ponto pode-se responsabilizar o professor pela transformação da educação, considerando que a ele, muitas vezes, é imputada a obrigação de encon-

trar sozinho rotas de fugas para os problemas que afligem a formação escolar? Eis algumas respostas:

- A pandemia acrescenta mais um impasse à escola. A aula remota pode ser considerada uma solução para os que possuem acesso às TICs, no entanto, ela pode se tornar um fator de agravamento da exclusão para aqueles que não têm acesso a esses recursos. Por esse motivo, a deliberação do formato remoto para educação não pode ser vista como uma opção viável, pois, por mais que nos esforcemos, nunca se alcançará equidade através da tecnologia.
- Estamos diante do fato de que muitos professores não aderiram a essa proposta por considerarem-se totalmente despreparados para lidar com uma pedagogia mediada por tecnologias digitais.
- É imperativo e urgente um olhar mais acurado para o trabalho do professor nesse período. O espaço da casa que se transforma literalmente em espaço de trabalho, além do grande esforço docente que nem sempre se traduz nos parâmetros construídos para validar o período letivo. Importante destacar que não há práticas e literaturas consolidadas no campo do ensino remoto.
- Trata-se de um equívoco pretender servir-se dos recursos tecnológicos a fim de emular o ensino presencial, mantendo uma práxis que provém da experiência convencional e que não se aplica à nova realidade.
- A pandemia acabou por rechaçar a ideia de que o ensino se resume à transmissão de conteúdos. É preciso, por mais que isso imponha grandes desafios, iniciar um processo de reformulação curricular visando uma

abordagem cada vez mais interdisciplinar e que pense o ensino tanto no espaço escolar quanto fora dele.

No segundo eixo, as dúvidas colocadas foram em relação às condições de partilha de vivências entre universidade e escola. Tendo em vista a formação inicial e continuada, quais recursos a universidade possui para contribuir com possíveis ações colaborativas em tempos de pandemia? As/os debatedoras/es pontuaram:

- A universidade deve estar em diálogo com os docentes da rede para que possam aprender juntos nesse momento de excepcionalidade.
- O estágio poderia contribuir para esse momento de reconstrução da educação básica já que esse contexto se apresenta como uma oportunidade de formação para os licenciandos e o desenvolvimento de seus estágios.
- Seria interessante pensar na criação de uma espécie de “plataforma de registro” ou “banco de relatos” para que as experiências sejam objeto de discussão e pesquisa. Desse modo, seria possível um alinhamento de formação com autoformação, em que ensino, pesquisa e extensão permaneçam interligados.
- Importante atentar também para a necessidade de se aproveitar esse momento de reestruturação para agir a partir de protocolos de ação, uma vez que ainda nos encontramos em uma pandemia sem previsão de escape. Além do mais, estamos sob o risco de outros processos pandêmicos ou situações de urgência e um código de ação seria importante para mitigar os impactos daí decorrentes.
- Por fim, considerando o lado do licenciando

estagiário, ressalta-se a importância de que todos os processos de avaliação e acompanhamento dos estágios deveriam ser revisados, a partir do novo contexto de formação.

Chegamos, enfim, ao terceiro eixo. Tratava-se de refletir sobre as más condições de trabalho do professor, um problema que vem se agravando no decorrer dos anos e que o contexto de pandemia veio acentuar. Nesse caso, foram pontuados alguns desafios:

- A incerteza das possibilidades que terá o professor supervisor, ao receber os estagiários, de lidar com as demandas da aula remota e o acompanhamento desses licenciandos.
- A pouca iniciativa em matéria de políticas públicas voltada para o trabalho do professor e para a possibilidade de sobrecarga laborativa, sobretudo na educação básica.
- Jornadas de trabalho ainda mais intensificadas, em especial, das professoras, que normalmente já acumulam rotina doméstica, cuidados com o outro e atividades profissionais, mas que, nesse momento de confinamento, em que tudo se concentra em um só espaço, encontram-se em condições ainda mais fragilizadas.
- Enfim, o momento exigia e exige prudência e um olhar atento à conjuntura, pois ainda era/é cedo para declararmos experiências exitosas com o ensino remoto. Deve-se, antes, considerar as condições de trabalho que o docente está exposto e refletir sobre como todas essas exigências podem incidir também sobre a precarização da formação inicial nos estágios.

Ainda nessa etapa, tivemos que nos deparar com informações tão importantes quanto

preocupantes dos professores supervisores no que se refere ao campo para a realização do estágio. De modo geral, demonstraram que, em um primeiro momento, haveria um número reduzido de professores se disponibilizando a assumir a função de supervisor de estágio. Outros demonstraram ainda dificuldades e limitações no uso de tecnologias e o desafio que seria incluir o estagiário nessa dinâmica. Ao mesmo tempo, entendiam que a aproximação com a nova visão e as novas tecnologias em educação com grupos de estagiários podiam em muito contribuir com o enfrentamento dos desafios encontrados. Para muitos desses professores supervisores, a aula remota tem se apresentado como algo possível, mas realmente desafiador. Colocava-se ainda o desafio de cumprimento, pelas escolas, dos protocolos para validação dos dias letivos, conforme exigência dos órgãos responsáveis, o que é mais uma questão a ser vista pelas instituições envolvidas na oferta, já que o estágio de regência só poderia ocorrer em escolas (e em turmas) onde o ensino remoto encontrava-se oficializado pelas Secretarias de Educação do estado e municípios do Rio Grande do Norte.

Por fim, outro momento decisivo do II Ciclo de Diálogos Universidade e Escola foram as reuniões com as secretarias de educação estadual e municipais de Natal e Parnamirim que reúnem o maior número de escolas campo de estágio de nossos licenciandos. Esse processo reflexivo gerou alguns encaminhamentos:

- Possibilidade de realização de Janelas de Diálogos (lives) com a participação das secretarias de educação, apresentando o cenário mais geral das redes.
- O planejamento dos estágios de forma a articular institucionalmente com as diretorias e

secretarias municipais de modo a não focar apenas em uma relação específica com a escola e ou supervisor de estágio.

- Necessidade de criação de uma ficha de acompanhamento do trabalho realizado pelos alunos que substituiria ou complementaria a ficha de frequência.
- A formação que seria realizada com a oferta dos estágios 1 e 2 permitiria que os supervisores das escolas campo de estágio pudessem ser coordenadores pedagógicos ou gestores. No estágio 1 poderia se aprofundar na dimensão de pesquisa e o estágio 2 pode ampliar a dimensão extensionista e principalmente aprofundaria as relações escola/família neste momento de atividades remotas.
- A formação mais voltada para os estágios de regência necessitaria de um aprofundamento nos conceitos de escola, aula e regência. Há uma complexidade maior já que no ensino fundamental as tele aulas já estariam prontas e disponibilizadas na TV. As possibilidades de validação terão de ser construídas pelas duas instituições, no diálogo e ao longo do próprio processo;
- Há uma riqueza de atividades, projetos e práticas pedagógicas que estão sendo construídas e desenvolvidas pelas escolas e professores/as o que tem evidenciado a necessidade de identificação e registro dessas diversas experiências;
- Ficou evidenciada a importância de se construir uma rede de relações mais colaborativas e solidárias entre a universidade e a educação básica, o que também pode se concretizar com o projeto de criação de uma REDE COLABORATIVA, que fortaleça

as ações e diálogos entre a universidade e as escolas/instituições parceiras durante e após a pandemia e materialize-se também como registros destas ações em uma plataforma digital.

Por fim, foram amplamente discutidas no âmbito do GT de Estágio, as estratégias para acompanhamento e registro da experiência da oferta de Estágio no Formato Remoto ao longo do Semestre 2020.1/2020.6, sendo este registro e sistematização conteúdos da próxima edição do Caderno de Estágio que terá como temática o Ensino Remoto.

Alexandre da Silva Aguiar

Danielle Grace Rego de Almeida

Josivânia Marisa Dantas

Vânia Aparecida Costa

Wilson Elmer Nascimento

Agradecimento às leituras críticas de Paulo Souto Maior e Daniela Amaral Feritas.

Seção I
*Olhares
pelas
Janelas*



MANIFESTO

Davidson Santos

01

A luta existe nos fatos.
Os fatos existem nos modos de vida.
A vida existe nos sujeitos.

Os sujeitos são a terra. E a terra está à venda.

Se a terra está à venda, a vida não importa.

A luta que se trava é, senão, a luta pela vida.

Dividamos: escola. sujeito. afeto. vida.

terra. universidade. casa. utopia.

Matemática simples. Resultado:

mercadoria.

Escola-mercadoria.

Universidade-mercadoria.

Terra-mercadoria. Casa-mercadoria.

Sujeito-mercadoria. Vida-mercadoria.

O amanhã não existe no mercado. Nem
o ontem e nem o hoje.

O que existe é o clique do agora.

Satisfação.

Nosso tempo anuncia: desempenhos,
desesperos, cansaços, positivities, do
yourself.

Nosso tempo anuncia: depressões,
ansiedades, movimentos contínuos
retilíneos uniformemente não variados.

Eu tenho.

Eu quero.

EU consigo.

EU SOU MINHA PRÓPRIA MERCADORIA.

Sujeitos eus por eu mesmo nas suas
fatídicas liquidez satisfatórias.

Sem passado, sem futuro.

Automaticamente controlados, veem a
vida escorrer.

Escute só: eu quero olhar da janela.

Escute só: o rio que lá fora corre.

Escute só: entre o aqui e agora há outros
tantos que permitiram esse dizer.

Escute só: não é preciso nada mais do que

ouvir o outro. O outro. O outro. O outro. O outro
precisa ser eco em mim. E

o outro está dizendo: terra. alimentação.

terra. emancipação. terra. meios de

produção. terra. saúde e educação.

É preciso abrir janelas nas paredes
brancas da escola.

É preciso abrir janelas na universidade.

A escola. A escola. A escola. Escola. A

universidade. A universidade. Não há

escola sem gente. Não há universidade

sem gente. Não há porquês das

instituições sem um propósito para gente.

E gente tem cor.

E gente tem desejos.

E gente tem fome.

A gente tem fome.

E fome não é de comida, apenas!

A gente é um pouco do outro.

Escute: isso não é um pedido no vazio.

Além dos muros da escola, além dos
muros da universidades. Além...

Há outras formas de ser,

Há outras formas de agir.

E elas estão dizendo.

Escute: escutar requer contemplação.

Contemplação exige parar e enxergar.

Respire e escute: tudo é natureza.

A gente é natureza.

Perceba: o vento não bate em nossas
caras como naquele dia do pôr-do-sol na
praia.

Pare. Respire. Perceba.

Há lá fora um vírus que impede o toque,
o olhar, o cheiro.

E há ainda lá fora um vírus chamado
capital que sempre impediu a vida.

Um vírus-capital-mercado que nunca se

importou com as nossas vidas.
As vidas dos indígenas. A vida dos
quilombolas. A vida dos assentados. As
vidas nunca foram, senão, mercadoria.
Mas houve, sempre houve, o grito.
O grito é um chamado à vida. Porque só
há voz em vida. E esse é o chamado: à
vida.
A gente quer viver.
Katu diz. A gente quer viver.
Rosa diz.
A gente quer viver. Cândido diz.
A gente quer o direito à terra. Rosa diz.
A gente quer o direito à educação à
nossa maneira, com respeito aos nossos
modos de vida. Katu diz.
A gente quer o direito de participar e
decidir. Cândido diz.
A existência não é suficiente para os que
vivem à margem.
A margem é (r)existência.
A gente é rio que corre alimentando o
lado de lá e o lado de cá.
A gente é rio.
E o rio é o que une....

Sobre as formas de resistir ao coronavírus e ao vírus do autoritarismo

Azemar dos Santos Soares Júnior

02

“Em tempos de quarentena, nas sacadas, nos sobrados, nós estamos amontoados e sós”. Com essas palavras, a cantora Adriana Calcanhoto descreveu que “O que temos” são janelas. O disco, lançado em 29 de maio de 2020, canta a experiência da solidão provocada pela quarentena em decorrência da propagação da covid-19. Em tempos de quarentena, visitar as sacadas, ou aparecer nas janelas, tornou-se a forma mais comum de sair à rua, de visitar os vizinhos, ou mesmo fazer as transmissões ao vivo usando os aplicativos de comunicação à disposição no celular. O imperativo “estamos amontoados e sós” fala do contato possibilitado pelo uso das redes sociais que nos permite espiar aquilo que é permitido pelas pessoas, através de suas postagens, assegurando um amontoado de manchetes sobre o cotidiano de quem vive a quarentena.

Adriana Calcanhoto fala da janela enquanto espaço de resistência, enquanto lugar de protesto, púlpito servido para revelar a indignação das pessoas ao receberem as notícias de que a “questão do coronavírus é uma fantasia”. A música revela um cotidiano fechado, enquadrado, quadriculado e amontoadado por notícias do aumento do número de mortes, da preocupação com a economia brasileira que é sobreposta à vida, e do alastramento de um vírus que corre feito rastilho de pólvora. Notícias que chocam, fazendo com que, das sacadas, das janelas, as pessoas batam painéis. Resistam.

Falar sobre a história de uma doença, a covid-19, a partir das formas de resistências, seria, num primeiro momento, pensar sobre o combate à doença, sobre a guerra travada contra um vírus mortal. No caso do Brasil, seguir as medidas bélicas de enfrentamento à pande-

mia tornou-se uma forma de resistência política, sobretudo, num momento em que o Presidente da República não defende as práticas sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Adotar o isolamento social, higienizar as mãos com álcool, dar maior atenção à limpeza dos alimentos e demais produtos trazidos para dentro das residências, cuidar dos idosos e usar máscaras tornaram-se formas de resistência contra a propagação do vírus. Ir às varandas das residências bater painel, fazer publicações em redes sociais, postar memes ou mesmo proferir discursos nas lives, contra as falas do Presidente da República, efetivaram-se como modelos de resistência àquele que defende que a economia precisa estar acima da vida.

Assim, essa minha fala é fruto de meu olhar pela janela. Rápido como um banho de sol cotidiano em tempos de quarentena, da varanda. A “sós” espio os discursos que foram construídos e sobre eles bato painéis. Metáfora de quem se apropria daquilo que foi dito na tentativa de resistir ao coronavírus e ao vírus do autoritarismo.

Faz pouco mais de cinco meses que o Brasil foi atacado pelo vírus e pelas artimanhas da crueldade a destruir corpos e vidas. Nas primeiras semanas, os casos eram números e notícias da televisão, distantes. Pouco tempo depois, os mortos por covid-19 tornaram-se nomes conhecidos, pessoas próximas e em alguns casos, membros da família. Os depoimentos políticos do chefe maior do Executivo brasileiro desconsideravam a desorganização provocada pela epidemia. Um exemplo disso, foi a visita feita por Jair Bolsonaro ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Na ocasião, ao tomar o púlpito, afirmou que “[...] obviamente-

te no momento temos uma crise, uma pequena crise, ou no meu entender muito mais fantasia, a questão do coronavírus que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020. Grifos meus). Sua ordem do discurso visava minimizar os danos provocados pelo vírus no mundo, afirmando ser a doença uma fantasia, criação da mídia para prejudicar a economia. Um dia após esse discurso, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou que o mundo enfrentava uma pandemia, ou seja, a doença já havia se espalhado pelos cinco continentes do planeta. Já no Brasil, ao ser questionado sobre o anúncio da pandemia pela OMS, Jair Bolsonaro respondeu: “[...] eu não acho, eu não sou médico. Eu não sou infectologista. O que eu ouvi até o momento é que outras gripes mataram mais do que essa” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020). Seu discurso revela desconhecimento sobre um assunto da ordem do dia, sobre o tema mais discutido a nível mundial, ou mais que isso, revela uma forma irônica de demonstrar desconhecimento por um assunto que considera irrelevante. Por fim, deixou claro que a “questão do coronavírus” deveria ser um problema dos médicos, profissional que ele não era.

Os discursos do Presidente da República do Brasil adotaram um tom de irrelevância sobre a epidemia. Quando tocou no assunto, foi com a intenção de defender o retorno das atividades econômicas, a reabertura do comércio e a adoção de uma quarentena vertical, em que apenas as pessoas pertencentes ao chamado grupo de risco deveriam ser isoladas. Nesse modelo de quarentena, crianças e jovens, bem como pessoas entre vinte e cinquenta anos de

idade, voltariam às atividades normais; que se tomando os devidos cuidados, não seriam infectadas e, por sua vez, não transmitiriam o vírus. O problema é que nem sempre é possível adotar determinados cuidados em lugares fechados e com grandes aglomerações. Alguns países que tentaram adotar a quarentena vertical acabaram por viver uma segunda onda de infecção por coronavírus. Esse assunto tornou-se o principal ponto de discordância entre Jair Bolsonaro e seu ministro da saúde, o médico Luiz Henrique Mandetta, culminando com sua demissão em 16 de abril de 2020. As divergências entre os dois tornaram-se públicas por defenderem estratégias diferentes para conter a velocidade do contágio da covid-19. Além da modalidade de quarentena, a recomendação do uso da Cloroquina acentuou o conflito. Foram vários os vídeos feitos pelo presidente segurando em suas mãos as caixas desse medicamento e anunciando à população a “cura” para a covid-19. Na contramão, o ministro da saúde pedia cautela, pois a droga não possuía comprovação científica de sua eficácia. Por fim, o “casamento”, como costuma chamar sua relação com seus ministros, ficou mais abalado pelos sentimentos de ciúmes e de inveja: o Ministério da Saúde passou a obter mais de 70% da aprovação popular, enquanto a gestão de Jair Bolsonaro despencava. O protagonismo assumido pelo Ministério da Saúde fez o presidente demitir Luiz Henrique Mandetta, provavelmente amedrontado por criar dentro de sua gestão um líder político capaz de se tornar um possível adversário nas urnas eletrônicas. Os discursos e as práticas políticas de Jair Bolsonaro seguiram congruentes com sua meta de governo: servir a uma extrema direita que se caracteriza pela “pulsão antissistema, a

manipulação grosseira dos sistemas antidemocráticos, o nacionalismo excludente, a xenofobia, o racismo, a apologia do Estado de exceção secundário, o ataque à investigação científica, à liberdade de expressão, à estigmatização dos adversários concebidos como inimigos, o discurso de ódio, o uso das redes sociais para comunicação política em menosprezo dos veículos e mídias convencionais. Defende em geral o Estado mínimo, mas é pródiga nos orçamentos militares e forças de segurança” (SANTOS, 2020, p. 25).

Filho dileto dessa extrema-direita, o governo Jair Bolsonaro adotou um modelo de tática como princípio de recrutamento popular para realizar a sua defesa. Esses indivíduos têm por norma obedecer e acreditar naquilo que é dito pelo seu chefe e, assim, lutar pelo sonho de uma sociedade perfeita, em que, no imaginário de um governo de extrema-direita, o coronavírus é uma fantasia, ou mesmo uma arma biológica produzida para destruir economicamente seus concorrentes, que uma sociedade só é justa se for pautada na lógica capitalista atendendo aos grandes empresários e retirando os direitos trabalhistas. Nessa toada, tocava-se o berrante para reunir seu gado. Metáfora construída e difundida nas redes sociais para descrever as manifestações nas ruas, de homens e mulheres que, como militares e possivelmente donos de “porte atlético”, não seriam contaminados pelo coronavírus.

Tendo a tática discursiva como parte de seu projeto de governo e necessária para manter um vínculo direto com seus apoiadores, em 15 de março de 2020, o presidente participou de uma manifestação na Capital Federal, contrariando as recomendações de isolamento so-

cial. No dia seguinte, justificou sua ação sobre a alegação de que “[...] existe o perigo, mas está havendo um superdimensionamento nessa questão. Nós não podemos parar a economia. E eu tenho que dar o exemplo em todos os momentos. E fui, realmente, apertei a mão de muita gente em frente ao Palácio da Presidência da República pra demonstrar que estou com o povo” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020. Grifos meus). Nesse caso, entendo o “estou com o povo” como uma discurso direcionado a uma parcela da população que se mantém guiada pelas doutrinas políticas de um líder da extrema-direita. Os discursos do presidente funcionam como uma “doutrina [que] tende a difundir-se a indivíduos ligados por uma pertença recíproca”. Aqui, dou ênfase à ideia de grupos doutrinários, que são, no caso dos seguidores do presidente Jair Bolsonaro, indivíduos orientados por uma dada doutrina que lhes associa a certos tipos de enunciados e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros. Esses enunciados defendidos, de forma popular, com bandeiras levantadas, servem para uni-los entre si e diferenciá-los de todos os outros. Eis o perigo da adoção de uma certa doutrina que valoriza apenas aqueles que pensam e agem como iguais, pois se cria um discurso e uma prática excludente, propriamente fascista. Assim, os discursos do chefe do Poder Executivo não são desprovidos de intencionalidades, ao contrário, cada uma de suas expressões funcionam como um grande procedimento de sujeição, de alijamento, de sonoridades berrantes que servem para agregar seus defensores e dar-lhes ânimo.

Suas falas funcionavam como armas discursivas lançadas para todos os lados, ou melhor, em direção àqueles que discordavam e/ou

agiam contra sua vontade. No dia 17 de março de 2020, Jair Bolsonaro afirmou que “[...] esse vírus trouxe uma certa histeria, tem alguns governadores, no meu entender, eu posso até estar errado, mas estão tomando medidas que vão prejudicar em muito a nossa economia” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020). Na ordem tática de seu discurso, boa parte dos governadores dos estados que faziam parte de sua base de aliados durante a campanha eleitoral, abriram a porteira e rebelaram-se contra o presidente. Nesse discurso, Jair Bolsonaro fazia referência às ações de quarentena e fechamento do comércio, das escolas, universidades, indústrias, elementos considerados não fundamentais para o enfrentamento da covid-19. O conflito entre alguns governadores e o presidente da República já existia, especialmente com os gestores da região Nordeste. Com o advento da epidemia provocada pela chegada do coronavírus, o embate se acentuou, pois governadores e prefeitos aderiram às orientações da Organização Mundial da Saúde e do próprio Ministério da Saúde, e não às orientações bradadas pelo Presidente. Em fins do mês de março, Jair Bolsonaro chegou a afirmar que “[...] algumas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o encerramento do comércio e o confinamento em massa” (DW.COM, 21 abr. 2020).

No vai e vem de discursos exaltados, Jair Bolsonaro adotou em sua tática discursiva um bordão que acompanhou grande parte de seus pronunciamentos: “[...] depois de uma facada não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar não” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020). Acredito que a intenção de sua fala seja dupla: a primeira no sentido literal, de que em caso de

ser acometido, não teria sua vida ceifada pela covid-19; a segunda, ganha uma entonação política, de que as ações danosas da doença provocadas à economia não seriam capazes de abalar seu poder e o exercício de seu mandato. Para tanto, foi em rede nacional fazer um pronunciamento, em 24 de março de 2020. Acolhido por peneiras como forma de resistência a seu discurso, mais uma vez Jair Bolsonaro minimizou o coronavírus e focou parte do pronunciamento para falar de si, como modelo de corpo, de vida e de disciplina: “[...] pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020).

Daí em diante, foram sucessivas falas do chefe de estado do Brasil em tom de ironia: quando o país registrou 299 mortes, em 2 de abril, na porta do Palácio da Alvorada, em conversa com apoiadores, alegou: “[...] ah, tá com medinho de pegar o vírus, ué? Ah tá de brincadeira. E o vírus é uma coisa que 60% vai ter ou 70. Não vai fugir disso. A tentativa é de atrasar a infecção para os hospitais poderem atender” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020); em 12 de abril, sob o índice de 1.223 mortes, alegou que “[...] quarenta dias depois parece que está começando a ir embora a questão do vírus” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020); em 18 de abril, quando se anotava 2.347 mortes, em tom de irritação, Jair Bolsonaro respondeu: “[...] ôh cara quem fala disso aí, eu não sou coveiro, não sou coveiro, tá?” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020); dez dias depois, quando se atingiu a marca de 5.017 mortes por covid-19, uma jornalista questionou o fato de o Brasil ter ultrapassado o número de

mortos da China, e o presidente respondeu: “[...] e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (JORNAL NACIONAL, 29 abr. 2020). Com o passar dos dias, o número de óbitos no Brasil em decorrência da epidemia só aumentou, chegando ao mês de julho de 2020 com o quantitativo de 78 mil mortos. Em nenhum momento foi registrado um discurso de solidariedade às famílias das vítimas da covid-19, afinal de contas, no seu discurso, trata-se apenas de uma “gripezinha ou resfriadinho”.

Resistir, nos primeiros meses de 2020, ganhou um sentido duplo: aderir às formas de combater o vírus e de poder se manifestar sobre os discursos presidenciais que agridem a vida. Resistir tornou-se, sobretudo, não se submeter aos discípulos da morte, ou melhor, aos aliados do coronavírus que acreditam que, por possuírem “um porte de atleta”, podem sair às ruas e trabalhar como se nada estivesse acontecendo. Resistir, em tempos de quarentena, em que aqueles que podem estão em casa, fez surgir nas redes sociais a publicação de imagens mímicas de resistência. Torço para que a página dessa história vire e tenhamos um final feliz. Enquanto isso não acontece, o vírus continua invicto. Bolsonaro também. Infelizmente.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Institui as medidas de enfrentamento ao coronavírus. Diário Oficial da União, Brasília, 7 fev. 2020.

CORONAVÍRUS: a cronologia da doença no Brasil. Jornal Nacional, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8520060/>. Acesso em: 31 mai. 2020.

OLIVETO, Marina. Covid-19 divide Brasil e opõe Bolsonaro e governadores. Dw.com, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-divide-brasil-e-op%C3%B5e-bolsonaro-e-governadores/a-53198124>. Acesso em: 31 mai. 2020.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. Ditos e escritos VII. Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.

SOARES JR., Azemar dos Santos. Histórias de resistência contra o coronavírus e o vírus do autoritarismo. In: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes, 2020.

Educação quilombola no contexto do Rio Grande do Norte

Francisco Cândido Firmiano Júnior'

03

No dia vinte e três de julho de dois mil e vinte, foi realizado o Janela de Diálogos entre a universidade e os movimentos sociais (Indígenas, Quilombola e Sem Terra), para debater o quadro da educação destes segmentos sociais ao que se refere ao cenário de crise sanitária mundial. Assim como os reflexos nas comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Norte, RN, na ocasião foi apresentado, parcialmente o relatório que foi construído junto com os educadores e lideranças dos quilombos do estado, o referido relatório surge como uma demanda do Comitê Gestor da Educação Campo e Diversidade do Estado do Rio Grande do Norte (COGEC/SEEC/RN, vinculado ao Gabinete do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no dia 14 do mês de maio do corrente ano.

Durante o diálogo foi apresentado o resultado do trabalho realizado com as lideranças do movimento social quilombola, no mês de maio em pleno ápice da pandemia, foi aplicado questionário² para se ter ciência de como estava sendo oferecido o ensino nos quilombos do Rio Grande do Norte RN em tempo da Covid-19, haja vista que as aulas foram suspensas em todo o Estado conforme determinação do Decreto nº 29.524, de 17 de maio de 2020. Diante disso, foram elaboradas algumas questões que tiveram como base a pesquisa realizada por meio do aplicativo WhatsApp: quais as estratégias utilizadas pelo município para estar em di-

álogo com os professores? Quais os meios tecnológicos que os professores têm utilizado para ofertar aula de ensino de Educação à Distância EAD ao alunado? Os alunos têm tido acesso a essa ferramenta tecnológica? Sim ou não? Se não, quais estratégias têm sido pensadas para que os alunos tenham acesso à educação escolar? A partir de então, foi elaborado um cronograma de entrevista via WhatsApp com as lideranças quilombolas de diferentes regiões do nosso Estado.

Diante da realidade exposta nas comunidades o que foi destacadamente apresentado foi o quadro de vulnerabilidade social a qual se encontra os quilombos em nosso Estado. Para sanar essas lacunas sociais, a educação pública gratuita específica e de qualidade se apresenta como alternativas concretas para combater a alta vulnerabilidade social nas comunidades quilombolas do RN. Sabemos que pagar a dívida histórica e retirar a chaga do analfabetismo a que nos impuseram faz-se necessário ações efetivas que busquem instalar a equidade, num primeiro momento, para depois a justiça social.

Reafirmamos que a educação é um dos direitos sociais garantidos a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros pela Constituição Federal (art. 6º). No entanto, no estado do Rio Grande do Norte não há nenhuma escola quilombola e há comunidades que não tem nenhuma escola. A educação escolar quilombola, notoriamente, é inexistente no estado. Bem como excluídos da terra, as Comunidades Quilombolas³ são excluídas da educação e da história nacional, num

1. Quilombola da Comunidade de Coqueiros, Ceará Mirim/RN Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú UVA, Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN, Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Natal FAL e Mestrando em Antropologia Social UFRN.

2. Construído por mim e por Rosilda Santos quilombola do Sítio Grossos, Bom Jesus/RN

3. O Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que Regulamenta o procedimento para identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das Comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias

processo permanente, estigmatizante e visível desde as condições de acesso, permanência e aprendizagens. Essas limitações impostas deixaram marcas profundas.

Podemos dizer que a educação escolar quilombola em nosso Estado, ainda é um sonho, em um estado onde se quer tem pelo menos uma **escola quilombola** em seu território. As dificuldades de acesso e permanência na escola sempre foi um desafio para a população quilombola, e agora agravado com essa pandemia mundial, onde estamos vivendo em um universo de incertezas e no campo educacional não é de diferente. Mas é neste cenário desanimador que não vamos desistir de lutar conjugando todos os dias o verbo “esperançar”.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 29.524, de 17 de maio de 2020.

Desigualdade social e direito à educação em tempos de pandemia

Edilberto Cleuton dos Santos

04

Reunir em um título três grandes conflitos da sociedade brasileira é mostrar quão grave se tornaram nossos problemas educacionais neste momento de pandemia. Os dois primeiros acompanham a história do Brasil e se inserem no amplo contexto da política social pensada nos moldes capitalistas e sua face colonialista em nosso caso particular. Ambos confluem na situação da pandemia, já consignada a maior crise global dessas primeiras décadas do século XXI, que pode intensificar e aprofundar o problema da desigualdade social. Posto isto, pretendo discutir cada um dos aspectos em separado, tentando tecer as relações e interpenetrações que se dão entre eles.

Em que consiste, em primeiro lugar, o conflito da desigualdade social? Ela é fruto de uma política econômica concentradora de riquezas que gera naturalmente uma imensa massa humana excluída de bens e direitos básicos. O sistema político brasileiro desde os tempos coloniais foi construído voltado a proteger o lucro privado em detrimento de políticas públicas e sociais. A concentração de riqueza está diretamente ligada ao desemprego sistêmico, causador da maioria das mazelas sociais que resultam em uma cruel exclusão social. A exclusão de classes na produção da riqueza é “ferida que dói e que se sente” desde as nossas origens. O modelo econômico escravista deu tons mais cruéis e longevos no nosso caso, pois introduziu em nossa cultura um apartheid invisível que condena os pobres e, conseqüentemente, afrodescendentes a uma pobreza hereditária desde o “suposto” fim do sistema escravocrata.

É indiscutível que um dos principais instrumentos de combate à desigualdade social é a oferta de educação pública, gratuita e de

qualidade. O investimento em educação deveria ser o motor a que classes menos favorecidas suplantassem o círculo vicioso da pobreza hereditária, atingindo níveis de sustentabilidade social que lhes permitisse reinserir-se na esfera dos cidadãos providos de direitos. Todavia, em nosso país, a educação enquanto direito tem suas próprias desigualdades. Desigualdade de infraestrutura entre redes públicas e privadas, distorções de oferta entre etapas e níveis de ensino (básico e superior), desigualdade de permanência e sucesso escolar entre negros e brancos, homens e mulheres. A todas essas desigualdades muitas vezes tudo que se fez foram medidas extraordinárias, extremamente superficiais e alinhavadas incapazes de tocar no cerne dessa chaga social.

Uma das medidas mais recentes e promissoras para tentar corrigir as graves distorções da educação brasileira foi o PNE (Plano Nacional de Educação), proposto para os anos de 2014 a 2024, apesar de conter ainda pontos questionáveis, como o fato de não enfrentar com clareza as desigualdades de gênero. Todavia, em função dos abalos sísmicos tão comuns à vida política nacional, este plano foi atropelado por mudanças radicais nas perspectivas das políticas voltadas para a educação. Um desses solavancos foi a aprovação da Emenda 95, seguido pelos contingenciamentos do atual governo e finalmente pela redução de recursos transferidos para o combate ao Covid-19. Aqui estamos nós, enfrentando a maior crise do século sem termos suplantado nossos graves desafios anteriores, agora aprofundados pela virada ideológica do Ministério de Educação e seus ministros voláteis.

No contexto da pandemia, a educação

brasileira cria a aberrante situação de pôr em isolamento quem já era isolado socialmente pela negação de direitos. A diferença naturalmente consiste no fato de que se expõe a olhos vistos quem era praticamente invisível, aparecendo como meros índices estatísticos, provocando movimentos sociais a cobrarem políticas públicas, pouco ou mal ouvidas pelo sistema político. Expostos agora, em função da crise na saúde mundial, revela-se às claras a total exclusão em que vivem tanto quanto a fragilidade do sistema educacional em chegar efetivamente a essas pessoas, em função da escassez de recursos, do déficit de formação dos educadores e da exclusão digital. Os anos consecutivos à pandemia são uma incógnita em função de que, primeiramente, precisamos avaliar os danos provocados pela possibilidade de uma depressão econômica, pelas mudanças e cortes nas políticas públicas, e pela necessidade de se repensar inclusive o modelo de escola diante do

risco sanitário. Algumas bandeiras emergem desse cenário catastrófico para repensarmos a sociedade brasileira pós-pandemia, visando a continuidade da luta contra a desigualdade social e em defesa da educação pública: a efetivação permanente da Renda Básica nacional, a aprovação do FUNDEB permanente e a necessidade de se criarem programas de democratização e acesso à internet pública e gratuita. Enfim, grandes devem ser os esforços para que se superem as desigualdades sociais endêmicas no Brasil, só superadas essas distorções produzidas pela concentração de renda e por sua filha bastarda, a exclusão social, poderemos aspirar ao justo direito à educação ofertado com equidade e qualidade, capaz de alavancar as grandes transformações tão necessárias à vida social e à democrática.

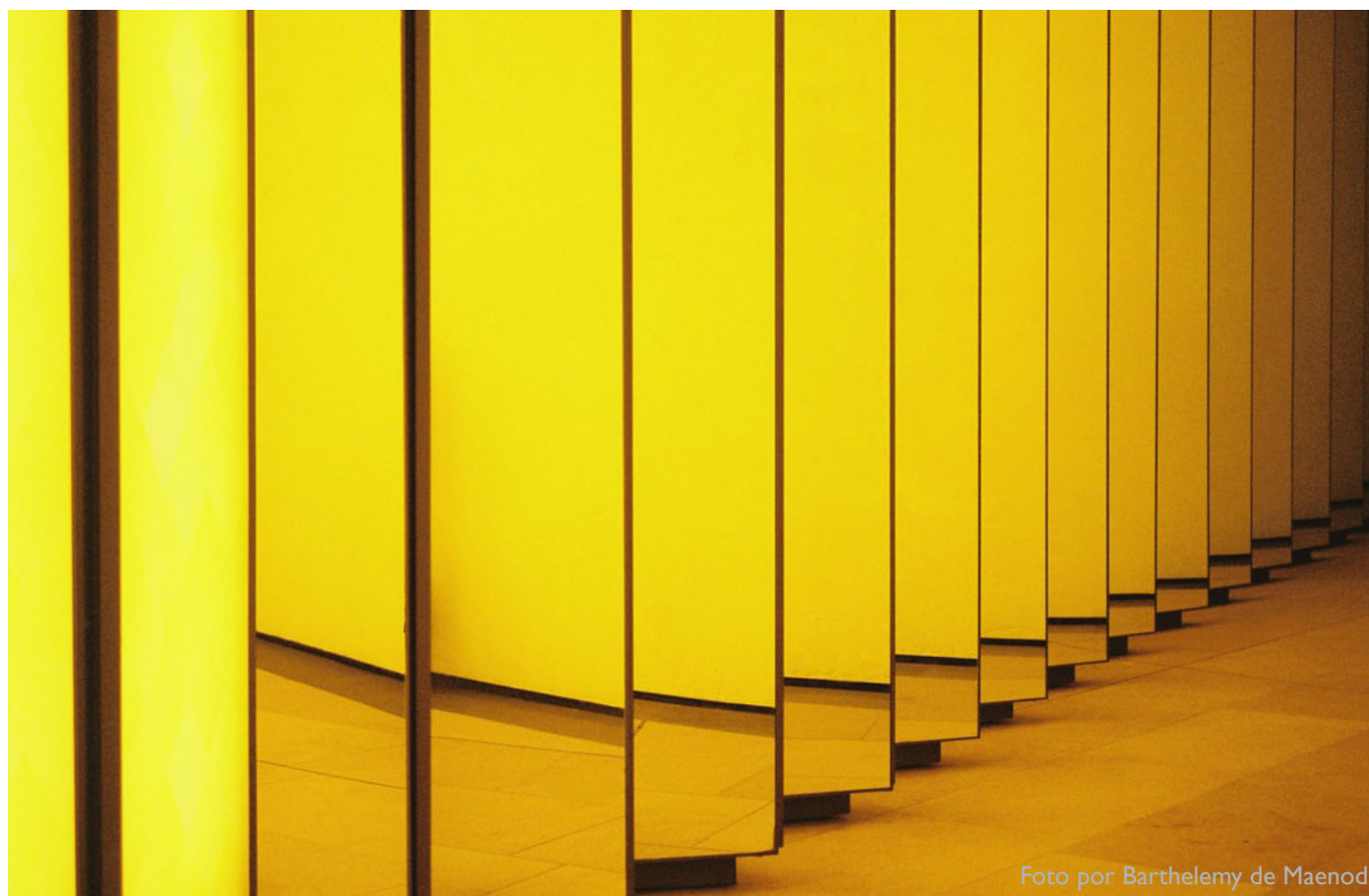


Foto por Barthelemy de Maenod

Seção II

Memórias

A relação desigualdade social e educação no contexto da pandemia

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto

Daniela Amaral Freitas

Karyne Dias Coutinho

05

Era março de 2020. O Brasil e boa parte do mundo foram convocados a parar. Por quanto tempo? Não sabíamos. A princípio, alguns/algumas acreditaram que por 15 dias, ou talvez um mês. No entanto, já se passaram quatro meses e as nossas escolas permanecem fechadas. Milhões de crianças, jovens e adultos permanecem fora dos prédios escolares e ainda não temos clareza do impacto da pandemia e desses meses de isolamento sobre as subjetividades de alunos/as e professores/as, sobre as novas configurações de organização e funcionamento da dinâmica escolar, sobre rumos da educação. Todavia, entre tantas incertezas, algo é certo: a pandemia deixou evidente as desigualdades sociais do Brasil e como o direito à educação permanece como pauta de luta.

Alguém desavisado da realidade brasileira poderia supor que frente à pandemia, o país, na esteira de diversos outros, tem conseguido implantar e fazer funcionar a educação remota, com todos e todas em seus “LARES”, ensinando e aprendendo. Todavia, as desigualdades – que vão desde acesso a equipamentos e tecnologia para se produzir e acompanhar as aulas a um ambiente tranquilo, organizado e propício ao trabalho e ao estudo – foram escancaradas. Ficou claro que o “lar”, como mostra a historiadora Lilia Schwarcz (2020), é uma construção burguesa que transforma e idealiza a casa, vendendo-a como espaço de aconchego, paz e proteção. Todavia, em um país de muitas riquezas, mas que não as distribui de forma minimamente justa ou igualitária, somos impulsionados/as a inquirir: quem de fato tem lar no Brasil? Tem casa, moradia digna? Tem acesso a equipamentos e tecnologias ou mesmo espaço e estrutura para se trabalhar e estudar? Todos/as sabe-

mos que a resposta é desoladora. Diante disso, como assegurar direito à educação a todos/as brasileiros/as, sobretudo em um momento de grave crise sanitária e isolamento social?

As questões acima permearam as discussões promovidas pela Janela 2 durante o primeiro dia do II Ciclo de Diálogos Universidade Escola, em 20 de julho de 2020. Nossos/as convidados/as são pessoas que conhecem o assunto e vivenciam-no diária e cotidianamente. São eles/as: a Prof^ª Dr^ª Márcia Maria Gurgel, na condição de secretária adjunta de Educação do Rio Grande do Norte; o Prof. Dr. Jaime Biella, do Departamento de Filosofia da UFRN, e o Prof. Ms. Edilberto Cleuton dos Santos, gestor da Escola Municipal Prof^ª Jacira Medeiros de Sousa Silva Lima, em Parnamirim (RN).

Na tarde do dia 20 de julho, eles e ela não nos trouxeram fórmulas mágicas, tampouco receitas de como enfrentar os desafios postos, mas traçaram um painel histórico com múltiplas origens de nossas desigualdades sociais e da nossa História da Educação, bipartida em dois modelos de escola, uma para os ricos e outra para os pobres. Além disso, retomaram o quanto a pandemia explicitou nossos problemas sociais e expôs os “invisíveis” que habitam este país. O quadro geral traçado pelos/as convidados/as diagnosticou um provável aprofundamento do fosso que separa a escola dos ricos, da dos pobres, caso não interfiramos a tempo. Apontaram ainda a necessidade: de manter contato, por diferentes vias, com estudantes e suas famílias; de buscar assegurar ao menos um mínimo de aprendizado (e não somente de conteúdos conceituais) e de flexibilizar o ano letivo de 2020, talvez ainda o de 2021 também, a fim de que as perdas sejam minoradas.

A professora Dr^a Márcia Maria Gurgel falou sobre os desafios de assegurar acesso de todos/as à educação e sobre a responsabilidade do estado do Rio Grande do Norte sobre a vida de seus/suas estudantes. Sinalizou para o fato de que a retomada presencial só ocorrerá se houver condições sanitárias satisfatórias, já que acima de tudo, assevera, é preciso preservar a vida e a saúde de estudantes e equipes de trabalhadores/as. Ela finalizou destacando ainda a necessidade de se pensar os anos letivos de 2020 e 2021 de forma flexível, para que tenhamos o mínimo de perdas possível.

O professor Dr. Jaime Biella traçou um panorama histórico e nos mostrou que o problema da desigualdade brasileira não é algo recente, ou fruto exclusivo da pandemia. Ao contrário, ele tem raízes em uma proposta de escola que foi organizada de forma distinta a depender do público a que se destinava, sendo por muitas vezes excludente e segregacionista. Sinalizou ainda para a necessidade de se pensar estratégias de ensino remoto para além da internet, visto que nem todos/as em nosso país dispõem dos recursos necessários a essa modalidade. Por fim, sugeriu a criação de redes de solidariedade entre professores/as, famílias e estudantes, para que juntos/as possamos enfrentar melhor os desafios trazidos por esta crise sanitária.

O professor Ms. Edilberto Cleuton dos Santos apontou para o fato de a pandemia ter exposto os/as “invisíveis” do nosso país, aqueles/as que por vezes costumam ser tratados/as apenas como números. Convidou-nos a perceber como o momento adverso fez com que as desigualdades ficassem ainda mais expostas. Exemplificou, a partir da realidade de sua es-

cola, como foram atrás das famílias e tentaram manter uma aproximação com a comunidade, para que os/as estudantes não ficassem completamente distantes neste momento. Demonstrou preocupação com esse longo período de afastamento e com o resultado de todo este cenário. E concluiu que é preciso manter o otimismo e pensar formas de promover a educação neste atual contexto.

Na segunda etapa, a partir de perguntas do público, tivemos uma intensa discussão. Nem todas as questões puderam ser feitas, haja vista seu grande volume. A maior parte versava sobre o que fazer para reduzir as desigualdades sociais e não permitir que elas interferissem diretamente na educação (sobretudo em tempos de pandemia), e também sobre como assegurar um ensino remoto de qualidade, considerando uma sociedade tão desigual quanto a nossa. Houve ainda muitos comentários do público afirmando a urgência de se criar alternativas criativas para não deixar os/as estudantes sem qualquer acompanhamento durante este período e citaram ações de alguns municípios que têm utilizado plataformas online, mas também aulas pelo sistema de rádio e TV das cidades.

Encerramos a sessão cientes de que os desafios e riscos são muitos e extrapolam os de ordem sanitária e biológica. Sensibilizados/as com as questões colocadas para reflexão nesta Janela de diálogos, ficamos com o sentimento de que será preciso empatia, disposição, solidariedade, mas também inconformismo e luta para que não lancemos toda uma geração a condições de vida ainda mais precárias. Isso porque, em um país como o nosso, educar é um dos poucos verbos que pode ser sinônimo de trans

formar.

Referência:

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

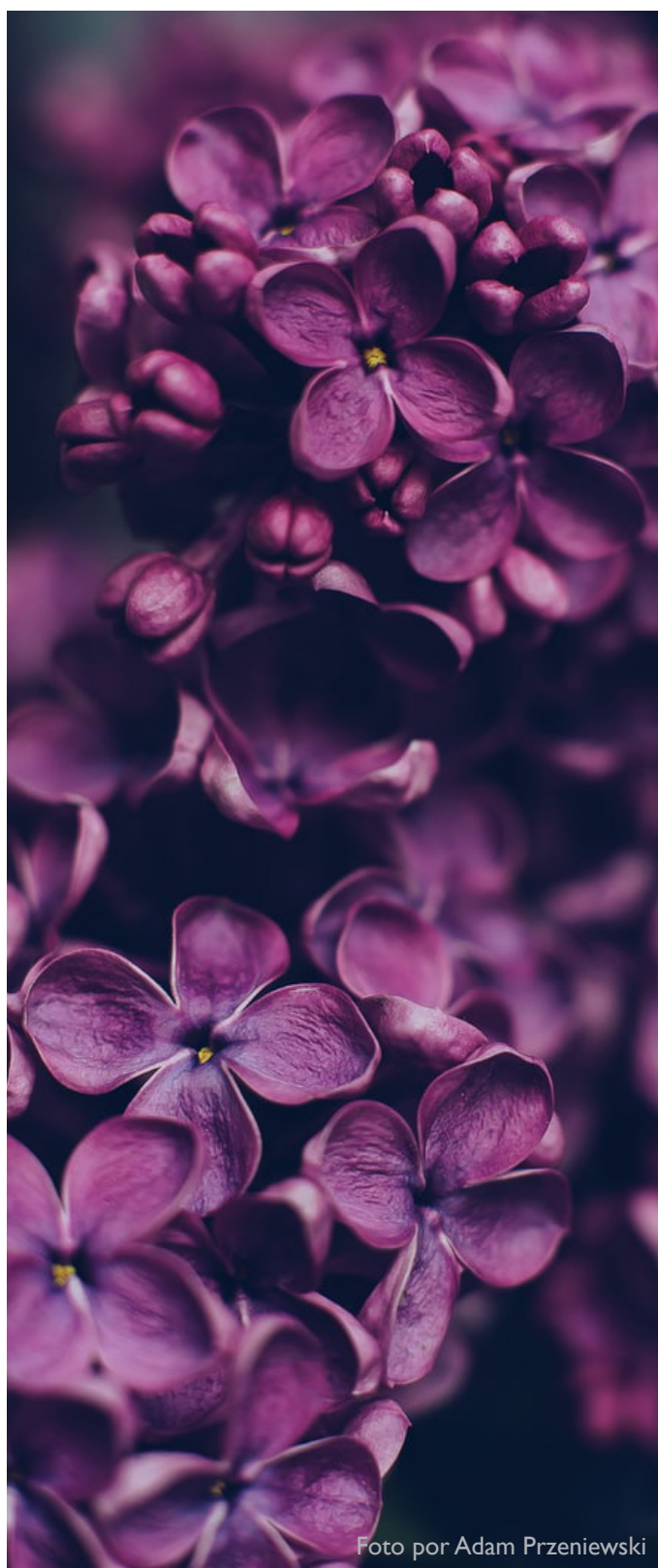


Foto por Adam Przeniewski

O chão da escola é virtual

Grazielle Amorim Arraes

06

O evento que teve como objetivo realizar um diálogo entre a universidade e a escola, abordou várias temáticas acerca dos desafios e propostas de fazer valer o direito à educação e diminuir as desigualdades sociais. Dentre as várias janelas, no dia 21 de julho de 2020, por meio da plataforma Youtube, ocorreu o debate em torno do trabalho docente no contexto de pandemia. Para tanto, tivemos a honra de ouvirmos e dialogarmos com três professoras, mães e acadêmicas os novos desafios de lecionar na modalidade remota nas escolas de Natal, Rio Grande do Norte.

Temas como desigualdades sociais, diversas realidades socioeconômicas do alunado, luta pelos direitos dos profissionais da educação, acúmulo de tarefas e maternagem fizeram parte das apresentações das professoras que trataram de uma realidade vivenciada por elas e com isso nos mostraram por meio do lugar de fala, não só os desafios, mas a necessidade de novas propostas para a continuidade da educação na modalidade remota.

Iniciamos com a apresentação da professora Nathalie Rose da Fonseca Araújo da rede pública/privada e mestranda em Inovação em Tecnologias Educacionais da UFRN, que de forma sensível iniciou sua fala com a reflexão de que os professores precisam ser acolhidos e não somente os alunos. Trouxe à tona como vivemos em meio às revoluções tecnológicas e o impacto que a pandemia trouxe como quebra aos nossos cotidianos, o que ela intitulou de “efeito susto”, já que no dia 17 de março de 2020 as aulas presenciais foram suspensas e tal medida exigiu que pensássemos rápido. Acredita que houve certa demora para pensar nas possibilidades e que isso nos trará prejuízo.

O privado tornou-se público e para atender aos anseios do ano letivo, muitas escolas permaneceram com aulas nos mesmos horários das aulas presenciais, o que nos mostrou as limitações, pois a rotina se tornou confusa, já que em casa várias tarefas e hábitos se misturaram, tornando cansativo tanto para alunos quanto para os professores.

Nessa rotina, que é um contínuo de atividades, trabalho e demandas afetivas dos filhos se misturam e sobrecarregam a figura do professor. Nathalie também nos fez pensar como o celular é uma extensão do nosso corpo, já que passamos a utilizá-lo constantemente seja para enviar as atividades via Whatsapp aos alunos, seja para responder dúvidas ou para demandas sociais.

Por atuar em duas realidades díspares, rede pública e privada, refletiu sobre as adversidades que famílias com menor poder aquisitivo sofrem em ter acesso à internet e celular. Enquanto, na rede privada atua em uma escola que é referência do Google, que dispõe de ferramentas de ensino, e os alunos têm total acesso.

Na segunda parte do evento, ouvimos a professora de matemática Carmen Cecilia Lins de Lima, que é mãe de dois filhos, cursa pós-graduação na UFRN e atua em projeto de extensão no pré-vestibular. Sua apresentação trouxe as vozes de muitas mulheres, mães e professoras, que segundo ela, devem estar sofrendo nesse contexto de pandemia por terem que vincular o particular e o público. Segundo Carmen: “O mais difícil não é ser só professor, mas ter toda uma vida para cuidar... professor trabalha muito mais em casa do que em sala de aula.”

Desafios do exercício da docência e os dilemas da maternagem no contexto da pande-

mia do novo coronavírus. Se o professor já trabalhava muito preparando aulas e depois dando essas aulas na escola, agora tinha o trabalho, atividades domésticas e cuidado com os filhos. Crianças pedem por atenção.

Carmen trouxe o termo maternagem, como forma de tirar desse silêncio milhares de mulheres, que acumulam tarefas, já que a noção de cuidado foi nos dada desde muito cedo dentro dessa cultural patriarcal, e que pode ser compreendida, segundo ela: como “a sensibilidade da mãe em decodificar e compreender as necessidades da criança (...)”. Era seu lugar de fala, já que ela tem dois filhos e se divide entre ser professora e dar conta das demandas da casa e afetivas. Essa maternagem no mundo pós-pandemia traz a perspectiva que tudo gira em torno da mãe, pois o mundo da família vai ser a própria casa, que antes era um refúgio. Nesse sentido, relata o quanto professores homens conseguem atender mais facilmente as expectativas das demandas como professor.

Por fim, tivemos a fala da professora Fátima Cardoso, militante da educação há quatro décadas que atualmente assumiu a direção geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN. Fátima nos alertou sobre como a escola se apresenta deficitária do ponto de vista da educação continuada, currículo e infraestrutura. Segundo a diretora do SINTE: “O capital trouxe novas tecnologias enquanto nas escolas ficamos com o quadro de giz”. Assim, Fátima nos despertou para uma sociedade que oculta as desigualdades sociais, que nesse momento de pandemia ficaram mais evidentes, pois alguns sequer têm celular e internet em casa. O SINTE tem chamado atenção para que as aulas remotas não sejam iguais para todos. Nem para

o profissional, tão pouco os estudantes que não têm acesso aos aparatos tecnológicos.

Sensibilizou a todos com a figura do profissional da educação que é desvalorizado, que acumula quadros de doenças por conta do excesso de trabalho. Segundo ela, o sentimento da rede pública é que não existem condições de dizer sim às aulas presenciais. Por fim, o movimento questiona as aulas remotas, pois acreditam que voltar às aulas em qualquer circunstância tem que ser a partir de total segurança dos profissionais e estudantes.

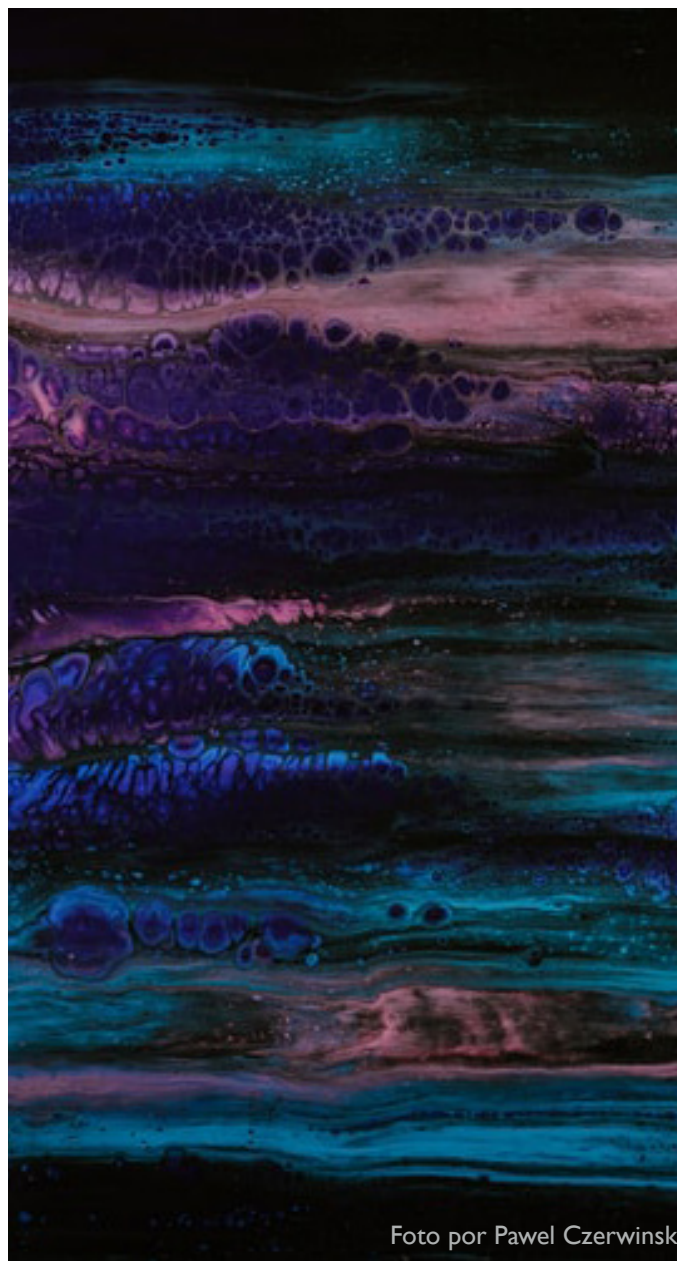


Foto por Pawel Czerwinski

O **Éstágio Supervisionado de Licenciatura e as perspectivas no ensino remoto**

*Danielle Grace de Almeida
Daniela Amaral Silva Freitas*

07

Introdução

A Janela de Diálogos 4 – Formação inicial em foco: qual o lugar do estágio no contexto da pandemia? – reuniu aluno estagiário, professora supervisora de estágio e gestora de escola para uma conversa sob diferentes perspectivas sobre a possibilidade de retorno dos estágios supervisionados durante o ensino remoto. Assim, foi possível contar com a participação do discente João Mateus, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, UFRN-Natal, que abriu a nossa sessão de diálogos com as suas reflexões acerca das implicações e riscos de se cumprir os estágios supervisionados em formato remoto. Em seguida, pôde-se ouvir a professora Vanize Medeiros, da Escola Estadual Calpúrnia Caldas de Amorim, Caicó, que relatou as etapas da implementação e organização do ensino remoto em sua escola. Por último, mas não menos importante, passou-se à gestora Roseane Pereira, da Escola Estadual Floreano Cavalcante, Natal, que expôs a situação de fragilidade do trabalho docente nesse período, enfatizando a necessidade de criação de protocolos de acessibilidade às aulas remotas e de formalização dos estágios supervisionados.

“Me senti parte do corpo escolar”: reflexões e relatos do estagiário João Mateus

João Mateus inicia sua fala explicando a necessidade de se tomar consciência da relevância do estágio para a profissionalização do(da) docente. A essa reflexão, ele acrescentou a importância de um esforço conjunto de maturação profissional ocupando o centro das preocupações na formação inicial. O período de estágio seria, então, a oportunidade de lidar com o corpo escolar, conhecer alunos, intera-

gir com professores e funcionários e estabelecer o devido diálogo entre universidade, escola e comunidade. Decerto, como afirma o aluno, o professor não nasce pronto, ele se torna professor na prática e na reflexão sobre as ações que envolvem a sua conjuntura profissional. O estágio supervisionado oferece, portanto, o contexto de desenvolvimento de habilidades e incita o exercício crítico em face de uma amostragem do que o(a) professor(a) poderá vivenciar tão logo formado e desempenhando seu papel em sala de aula. Em suas experiências, o aluno relata o impacto que as diferentes realidades entre o espaço escolar e o universitário lhe causaram, destacando, assim, a importância de se viver a escola como parte do processo de aprendizagem.

Diante dos inúmeros impasses a que escolas, sociedade e cursos de licenciatura em todo Brasil são confrontados pela atual conjuntura pandêmica, é preciso não perder de vista a reflexão sobre o momento. O retorno às aulas no formato presencial apresenta riscos graves, sobretudo para os(as) professores(as), já que, como mostram algumas pesquisas trazidas por João, a taxa de transmissibilidade e de manifestação da doença é significativamente maior entre professores(as) do que entre alunos(as). Por outro lado, o decreto federal, publicado em junho de 2020, permitiu e incentivou o retorno dos estágios por meio do ensino remoto. A incongruência, nesse caso, é os governos estimularem, mesmo não havendo quaisquer iniciativas de preparação dos docentes para enfrentarem esse momento, o retorno das aulas e dos estágios supervisionados.

Diante dessas idiosincrasias que envolvem a educação atual, algumas perguntas

parecem urgentes: De que forma será possível realizar no modo remoto aquilo a que se destina o estágio supervisionado para a formação de futuros professores? Como ficará a troca de confiança e experiência entre alunos e o estagiário no novo formato de aula remota? Será que as relações de aprendizado que antes ocorriam no espaço escolar poderão ser completamente substituídas por interações virtuais? Tais inquietações, que dizem respeito ao sentimento de pertencimento dos espaços de aprendizagem, reverberam, para o estudante, nas experiências vividas em estágios anteriores, dos quais pôde tirar a seguinte conclusão: “Me senti parte do corpo escolar”.

“De uma forma totalmente diferente da que fomos formados”: impressões sobre o ensino remoto a partir de relatos de experiência pela professora Vanize Medeiros.

A professora Vanize Medeiros inicia sua participação explicando as movimentações por parte das escolas e do governo para a implementação das aulas remotas após a suspensão do calendário escolar presencial causado pela pandemia da COVID 19. Em sua escola, cerca de vinte dias depois do decreto de isolamento, houve uma reunião entre professores(as) e gestores(as) para falar sobre as condições e possibilidades do ensino remoto. Apesar da autonomia de decisão das escolas e a não obrigatoriedade da participação dos professores nesse formato de ensino, houve inicialmente a adesão de 80% dos(as) professores(as). O passo seguinte era o de preparação do terreno para iniciar o trabalho e dar condição de acesso aos(às) alunos(as).

O primeiro entrave ocorreu com o uso da plataforma SIGEduc. Muitos alunos(as) tiveram

problemas de acesso devido à falta de familiaridade com o sistema. Além disso, a plataforma teve que ser adaptada para aulas assíncronas e encontros online, mas não atingiu os resultados esperados, levando os(as) professores(as) a adotarem outras plataformas de webconferência, como o Zoom e o Google Meet. Nem assim, as coisas puderam seguir uma rotina regular, pois os(as) alunos(as) não encontravam condições propícias para acompanhar as aulas. Muitos(as), por exemplo, não tinham aparelhos que comportassem o uso dessas plataformas e para terem acesso à internet era preciso se deslocar de suas casas, utilizando redes de vizinhos ou capturando a internet de instituições públicas próximas a sua casa. Todas essas soluções se mostraram não apenas insuficientes, mas também arriscadas, posto que muitas vezes os horários de aula não eram convenientes nem seguros para essas crianças e adolescentes estarem fora de casa. Além de que o fato de serem levados a acompanhar as aulas em espaços inadequados atrapalha o bom andamento dos estudos e o processo de ensino e aprendizagem.

A indefinição do momento desmotivou parte dos(as) alunos(as) e professores(as) que se viram diante da incerteza de terem seus trabalhos validados nesse período. Esses fatores significaram um complicador a mais para a implementação do ensino remoto. Para os(as) docentes, era preciso ter uma adesão de 70% do alunado para que todo o trabalho fosse contabilizado como carga horária pela Secretaria. Além disso, foi-lhes imposta a revisão de todo o conteúdo trabalhado durante o tempo remoto no retorno ao presencial, o que provocou em alguns(mas) a sensação de não serem reconhe-

cidos(as) pelo trabalho realizado. Da mesma forma, para os(as) alunos(as) que participavam das aulas remotas, não havia garantias de avanço oficial de seus estudos, já que o processo avaliativo também estava suspenso e que no retorno das aulas presenciais eles(elas) deveriam passar pelos mesmos conteúdos estudados no remoto. Por isso, alguns(mas) estudantes, mesmo com condições tecnológicas favoráveis, decidiram não participar das aulas, deixando para retomar os estudos ao fim do isolamento social e reabertura das escolas.

Para Vanize, todas as situações de não engajamento por parte dos(as) alunos(as) desestimulam também o(a) professor(a), que, mesmo não tendo recebido do governo o apoio necessário, está trabalhando três vezes mais para preparar materiais estimulantes, utilizar recursos pedagógicos digitais e interagir através da tecnologia da melhor forma possível. Diante da ameaça de exclusão digital, muitos docentes adotaram meios mais acessíveis aos alunos como o uso de WhatsApp para comunicação e envio de material, a produção de videoaulas disponibilizadas de modo assíncrono e a adoção de vídeos do YouTube como forma de instigar o processo de pesquisa e aprendizagem. No entanto, mesmo com todas as tentativas de contorno das dificuldades e todas as superações, Vanize admite que o momento é desafiador para todos(as) os(as) professores(as) da rede pública de ensino. Sendo assim, não se deve esquecer o caráter eminentemente inesperado dessa fase, já que, como ressalta Vanize, todos foram tomados de assalto e tiveram que lecionar “de uma forma totalmente diferente da que fomos formados e da que estamos habituados”. No que se refere aos estágios supervisionados, ela vê uma

grande oportunidade para que alunos(as) estagiários(as) e professores(as) supervisores(as) se reinventem nesse processo de transmissão de experiências. Para os licenciandos(as), é um momento enriquecedor que provocará inúmeras vivências proveitosas para sua formação. Para o(a) professor(a) da escola, uma oportunidade de trocar habilidades e pensar junto formas de colocar em cena novas perspectivas participativas, permitindo que o(a) estagiário(a) grave aulas, alimente o sistema com exercícios e planeje as aulas junto ao(à) professor(a) da turma de modo totalmente virtual.

“A Secretaria tem que buscar formas de a educação remota ser mais acessível”: reflexões sobre o futuro da educação e do estágio pela gestora Roseane Pereira

Em sua fala inicial, a diretora Roseane Pereira lembrou os inúmeros percalços pelos quais a educação está passando nessa transição entre ensino presencial e remoto. Se no princípio do isolamento, a escola se dispôs a desenvolver atividades pedagógicas se servindo do WhatsApp, o decreto de maio do governo, que instaurou a possibilidade do ensino remoto, confrontou a todos com as dificuldades do uso exclusivo do sistema SIGEduc. Procurou-se primeiramente informar todos(as) os(as) alunos(as) da importância de ter acesso ao sistema com dados e senhas atualizados, a fim de viabilizar a utilização da plataforma. Isso não foi simples e até o momento da comunicação, Roseana relata ainda receber mensagens de alunos(as) e pais pedindo ajuda com senhas e acessos. Tendo em vista um contexto especialmente desfavorável, ela ressalta o grande esforço por parte dos(as) professores(as) que, reunindo recursos próprios

– computador, celular e rede de internet – vem se empenhando para que o ensino remoto seja, apesar de tudo, uma realidade.

Lembra ainda que não se pode ignorar o fato de que muitos professores(as) estão atravessando problemas emocionais. O medo de ser infectado, as incertezas em relação ao futuro profissional, a preocupação em proteger familiares e o luto pelas perdas de entes queridos provocam duros abalos para o cotidiano do(a) docente. Adiciona-se a isso o fato de muitos(as) professores(as) terem que lidar com os contratempos causados pela exclusão digital, desânimo e tristeza que atingem seus(-suas) alunos(as). Conhecemos as dificuldades dos(as) estudantes em terem um espaço adequado para os estudos em suas casas, sabemos igualmente como as mudanças bruscas e sem horizonte de revés têm fragilizado psicologicamente crianças e adolescentes.

Por fim, Roseane reitera que a “Secretaria tem que criar formas de a educação remota ser mais acessível”, tanto no que concerne ao acesso digital para os(as) alunos(as) do ensino básico, quanto ao processo de formalização dos estágios supervisionados. É preciso ter em mente, portanto, que para que os estágios ocorram, as Secretarias de Educação devem estar em contato com a universidade e prever formas de legalizar os estágios durante a pandemia. Deve-se estabelecer, ainda, um protocolo de como as escolas podem receber os(as) estagiários(as) para que seu trabalho, junto ao(à) professor(a) supervisor(a), seja validado por meio de todos os trâmites legais necessários.

Educação Infantil em foco: debates e análises em tempos de crise

*Danielle Grace de Almeida
Teresa Régia Araújo de Medeiros*

08

A Janela 5 – Educação Infantil: o binômio família-escola em tempos de pandemia – contou com a participação de Mariângela Momo - docente do DFPE do Centro de Educação da UFRN; Ingrid Costa Silva, professora de Educação Infantil do CMEI Prof. Antônia Fernanda Jalles e de Liane Santos, médica veterinária e representante da Associação de Pais - NEI-CAp/UFRN.

Primeiramente, a professora Mariângela ressaltou a importância da parceria entre família e escola, enfatizando que, sobretudo no atual contexto de pandemia, há tentativas de transposição de finalidades da Escola para as famílias. Essas duas instituições estão fortemente presentes na vida das crianças e, apesar de ambas terem a responsabilidade de garantir o direito à educação, elas apresentam identidades específicas no que concerne à forma de educar, à organização espacial, logística e de saberes. A legislação vigente no Brasil (LDB, DCN e a BNCC) legitima a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é promover o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família. Dessa forma, o diálogo entre escola e família é primordial para que, por um lado, a escola conheça e respeite a diversidade cultural das famílias e, por outro, para que as famílias compreendam a proposta pedagógica da escola, seus princípios e metodologia.

A professora Ingrid relatou a sua experiência nesse momento de pandemia, quando tem sido eminente a adaptação a atividades remotas. Ela explica que ao longo dos anos, a parceria família-escola no CMEI Antônia Fernanda Jalles tem se consolidado, principalmente por intermédio de redes sociais, como WhatsApp,

Facebook e Instagram. Por isso, a pandemia e o distanciamento social não afetaram o relacionamento entre estudantes, pais e professores. No entanto, por diversos fatores, não são todos os professores que estão realizando atividades junto às famílias. Não se pode dizer, então, que o CMEI está em ensino remoto, propriamente dito, mas, preocupando-se com esse vínculo escola-família, alguns professores enviam pelo WhatsApp sugestões de atividades pedagógicas montadas por meio de vídeos e áudios para serem realizadas em casa, tendo a interação e a brincadeira, como eixos estruturantes. As famílias e as crianças reagem enviando fotos, vídeos e áudios em que mostram a realização das atividades e se expressam aos professores e amigos. Ingrid reforça ainda que não há necessariamente interrupção no processo de aprendizado da criança, pois ele é contínuo e ocorre através de cada nova descoberta.

Liane, como representante dos pais, resalta a importância da interação entre escola e família para que a primeira conheça o contexto familiar e a segunda entenda a proposta pedagógica da escola. Isso propicia um ambiente de confiança e diálogo que tem como denominador comum a aprendizagem e o desenvolvimento. Nesse momento, essa interação contribui de modo prático para que as crianças vivenciem outras situações, experimentem coisas novas que continuam a favorecer e estimular seu desenvolvimento. Em casa, com ajuda de um planejamento diário, incluiu atividades educativas na rotina das crianças. Desenhos, pinturas, contações de histórias, atividades culinárias, confecção de trilhas, trabalho com as emoções, pesquisas, tudo passou a fazer parte da rotina de casa.

As perguntas elaboradas pelos participantes abordaram, no geral, os seguintes temas: as possíveis consequências negativas na aprendizagem após esse período de isolamento, os limites entre família-escola nesse atual contexto, o preparo das instituições de ensino para um retorno presencial, assim como dúvidas mais específicas que referem-se a um calendário de retorno para a Educação Infantil, à construção de relações mais participativas entre família e escola e a orientações a professores para lidar com famílias em situação vulnerável.

A janela foi encerrada com o desejo de que a parceria entre família e escola se consolide cada vez mais, cada um assumindo seus papéis. Nesse momento, tão atípico, que haja uma consciência da necessidade de investimento público e um movimento de maior respeito, empatia e tolerância, a fim de que possamos reinventar juntos um cotidiano. Devemos acreditar e lutar por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, desde a Educação Infantil, para todos, com ou sem pandemia.

EJA, mundo do trabalho e o direito à educação em tempos de pandemia

*Danielle Grace de Almeida
Daniela Amaral Silva Freitas*

09

Introdução

A Janela de Diálogo 6 – EJA, mundo do trabalho e o direito à educação em tempos de pandemia, coordenada pelo professor Alexandre Aguiar, reuniu três convidados/as para debater o tema em pauta a partir de perspectivas diferentes para se pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O coordenador abriu a Janela refletindo sobre a relação da Universidade com a EJA. Ressaltou que, apesar dessa modalidade de educação ser objeto de projetos de extensão e pesquisa, ainda é necessário que esteja mais presente no ensino, com a inserção da discussão em toda as licenciaturas. O primeiro convidado a falar foi o professor Alessandro Augusto de Azevedo, do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação da UFRN, que, sob a ótica de um pesquisador da área e militante da causa, trouxe reflexões sobre os desafios de acesso e a permanência dos/as alunos/as da EJA no ensino formal. Em seguida, a professora da EJA e atual Chefe do Setor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Natal, Heloísa de Melo Cruz Alves, apresentou reflexões sobre sua experiência com o currículo integrado do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano. Por fim, Tatiane Ribeiro, coordenadora pedagógica da Rede Emancipa, movimento social de educação popular, falou sobre os desafios e as estratégias para se dar continuidade aos cursinhos populares pré-universitários, voltados para estudantes de escolas públicas, em tempos de pandemia.

Do encontro do aluno com a escola à sua permanência: um desafio constante para a EJA

O professor e pesquisador Alessandro Azevedo inicia sua participação na Janela pontuando que sempre lutou para assegurar o direito à Educação de Jovens e Adultos pouco ou não escolarizados e ressaltou que, com a instalação da pandemia de Covid-19, os desafios se tornaram ainda maiores. Para ilustrar essa luta, apresentou dados estatísticos que mostram como ainda é grande o número de pessoas com mais de 25 anos sem instrução ou com educação básica incompleta. De acordo com os dados do IBGE, de 2019, havia mais de dois milhões de pessoas nessa situação, sendo que 49% dessa população não tinha o Ensino Fundamental completo. Diante de dados tão alarmantes, o professor questiona a resposta que as redes de ensino têm dado para acolher essa demanda e volta-se para a análise dos números de alunos matriculados na EJA no Rio Grande do Norte.

Pontua que a matrícula pode ser compreendida como o encontro do aluno com a escola e questiona quem vai ao encontro de quem. Aponta que esse encontro de pessoas com pouca ou nenhuma escolarização com a escola é mais provocado pelo desejo dos alunos de estudarem do que por um movimento das redes para que eles de fato ingressem no sistema formal de ensino. Exemplifica salientando que são poucas as ações voltadas a esse público realizadas pelo estado do RN e que quase não há divulgação delas.

Em seguida, destaca o marco para a EJA, da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), em 2007, que passou a ser uma das modalidades que recebe recursos públicos do fundo. Apesar dessa conquista, a tendência demonstrada por Alessandro

é uma queda no número de matrículas. Na rede estadual do RN, passaram-se cerca de 50 mil alunos matriculados em 2007 a 30 mil alunos matriculados em 2018. Nas redes municipais do estado, observa-se um movimento semelhante: havia em torno de 50 mil alunos matriculados em 2007 e passou-se a 34 mil, em 2018. O professor traça então uma reflexão sobre a capacidade de recepção da demanda por parte dos sistemas. Mostra que, em 2018, havia uma demanda potencial de 1.282.000, considerando a população com mais de 25 anos. No entanto, o total de matrículas realizadas na educação básica nas redes foi de 63.693, isto é, houve o atendimento de apenas 5% dessa demanda, o que evidencia que o direito à educação não é para todos.

Esse quadro se torna ainda mais crítico, segundo o pesquisador, quando se constata que o público da EJA é o mais atingido pelos desdobramentos do maior problema social da crise econômica decorrente da pandemia, o desemprego, e que portanto, torna-se um grande desafio, do ponto de vista pedagógico e da política educacional, dar conta de receber e promover esses sujeitos. Assevera ser indispensável para se pensar e fundamentar ações e práticas voltadas à EJA, tanto para professores como para gestores, partir-se do pressuposto da estreita relação desses sujeitos com o mundo do trabalho (seja pela falta do trabalho ou por serem trabalhadores) e com outras dimensões da vida. Ressalta que as especificidades dos sujeitos da EJA é que deveriam definir a identidade pedagógica da modalidade e que se trata de modalidade, justamente, por ser voltada a um público específico, distinto do público do ensino regular. Acrescenta que um dos fatores que ca-

racteriza essa modalidade é estar a serviço da reparação de direitos e de uma formação com qualificação e equidade para os sujeitos atendidos. Conclui sua fala nos exortando a defender uma educação voltada para pessoas jovens e adultas que promova uma qualificação/formação para o “mundo do trabalho” e não para o “mercado de trabalho” e que ensine este sujeito a refletir de modo crítico sobre a precariedade das condições de trabalho, de modo que torne um cidadão trabalhador e não a vender seu trabalho ao mercado.

Em defesa de um currículo integrado, que englobe diferentes dimensões da vida dos sujeitos da EJA

Heloísa Alves tece suas reflexões a partir de três lugares institucionais que ocupou e ocupa: professora da Educação de Jovens e Adultos pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante-RN; coordenadora geral do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM URBANO, Edição Especial - 2017 no Município de Natal-RN; Chefe do Setor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Natal. Inicia sua fala caracterizando o perfil dos alunos da EJA: sujeitos que têm precárias condições de trabalho e que vivem um processo de exclusão socioeconômica, cultural, educacional, o que os coloca à margem da sociedade. Enfatiza, portanto, a necessidade de um currículo que dê conta das diferentes dimensões da existência desses sujeitos.

Nessa direção, exemplifica citando o Projovem Urbano, programa “destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los

ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional”¹. Heloísa pontua que, quando se parte de um currículo integrado, como o Projovem, que visa e articula a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, dá-se conta de abordar diferentes dimensões da vida do aluno da EJA: escolaridade, trabalho e cidadania.

No que se refere à escolaridade, pontua que a EJA traz muitos desafios. O primeiro deles é a matrícula dos alunos, por se tratar de sujeitos que passaram por tantas exclusões sociais que não acreditam que podem estudar. Exemplifica, narrando sua experiência em “garimpar” esses alunos para a escola. Segundo ela, não basta colocar uma faixa na escola que diga “venha estudar”, “de 18 a 29 anos”. É necessário criar outras estratégias para atingir os potenciais alunos e fazer com que voltem à escola, como divulgação por meio de carro de som e abordagem individual na rua. Ressalta, todavia, que, mesmo fazendo tudo isso, há ainda muita evasão e faltas, devido às precárias condições de vida desses alunos. Afirma que escola não pode ser mais um espaço de exclusão, por isso a necessidade de o professor entender essa dimensão da vida dos alunos.

Com relação ao trabalho, afirma a importância de o poder executivo estabelecer parcerias com outras instituições com a finalidade de capacitar o aluno para o mercado de trabalho. Conta então, da sua experiência ao se estabelecer convênios com instituições do Sistema S, como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o

1. Informação disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas/programas-suplementares/ps-educacao-jovens-e-adultos/ps-projovem-urbano>>. Acesso em 01 nov. 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e universidade, como a UFRN, por meio de palestras e cursos voltados para a formação profissional dos jovens e adultos. Um dos exemplos é o Programa Aprendendo Mais, promovido pela Prefeitura de Natal, em parceria com a UFRN e o SEBRAE, que visa contribuir para a profissionalização, mas também para alfabetização, por meio de uma metodologia freiriana, de pessoas jovens, adultas e idosas.

Com relação à cidadania, reitera a importância de dinamizar o currículo da EJA, para que ele dialogue com as várias dimensões da vida do aluno. Percebe-se, pois, a urgência de se compreender melhor o sujeito atendido, suas demandas, seus desejos, de entender, por exemplo, não apenas os motivos que levam ao absentismo e à evasão, mas quais os motivos que levam os alunos da EJA a frequentarem a escola. Fala da importância de se estabelecer vínculos de afeto entre professor e aluno para que haja um ambiente que favoreça a permanência desses sujeitos na educação. Termina explanando um pouco sobre a formação online de professores para a EJA, que está acontecendo, e que tem, neste momento de pandemia, discutido aspectos socioemocionais e tecnologias de modo a formar o professor para os desafios da EJA em um novo formato, o ensino remoto.

Acesso ao Ensino Superior: um direito defendido pela Educação Popular

Tatiane Ribeiro, educadora popular e coordenadora da Rede Emancipa, relata sua experiência na Educação Popular, em cursinhos pré-vestibulares que objetivam contribuir para que os estudantes de escolas públicas tenham

acesso ao ensino superior, especialmente, às universidades públicas. Destaca-se que a Rede Emancipa está nos lugares da cidade onde se tem a renda per capita mais baixa. Em Natal, os cursinhos acontecem aos sábados em escolas localizadas na Zona Norte, em Mãe Luiza e em Felipe Camarão. A partir dos dados apresentados pelo primeiro convidado – mais de 50% dos jovens e adultos não completaram o Ensino Básico – questiona como ainda é maior a porcentagem de sujeitos que não têm acesso ao ensino superior. Nesse contexto, ressalta a importância da aprovação do FUNDEB sem cortes em 2020, principalmente para a EJA formal, que existe, em grande medida, por ser uma das modalidades financiadas pelo fundo.

O público atendido pela Rede Emancipa é formado por cerca de mil jovens e adultos, em uma faixa etária bastante estendida, que engloba jovens de 17 anos que acabaram de completar o Ensino Médio a homens e mulheres, por volta dos 50/60 anos que, depois de terem criado os filhos, voltam-se para realizar o sonho de se formar em um curso superior. Muitos chegam com a crença equivocada de que a universidade não era para eles. Tatiane ressalta que viver a educação com essas pessoas tem um significado muito importante e reitera que o desafio maior não é apenas entrar para a EJA, mas permanecer. Por isso, defende a necessidade de conectar a educação à realidade vivida pelos estudantes, de abordar os conteúdos contextualizados a situações cotidianas vivenciadas por eles. Como exemplo, cita que não basta explicar teoricamente o que significa juros compostos, mas demonstrar a lógica de cobrança dos cartões de crédito ou do cheque especial.

Tatiane aborda também o que signifi-

ca a educação de jovens e adultos em tempos de pandemia e discute estratégias que vêm elaborando para continuar promovendo essa educação nesse novo cenário. Apresenta duas perguntas norteadoras que a auxiliaram nesse processo: “quem é o meu aluno e para onde ele vai”. Descreve como, em tempos de distanciamento social, é mais difícil compreender o que se passa com cada aluno. Uma das primeiras compreensões foi a de que não adiantava fazer lives no Instagram ou postar vídeos no Youtube, em primeiro lugar, porque não eram acessados e, em segundo lugar, porque não se garantia os espaços de troca que caracterizam a educação popular.

A partir da constatação de que a maior parte dos alunos têm celular pré-pago, com internet limitada, percebeu-se que o WhatsApp era a ferramenta mais favorável a ser utilizada e por meio da qual se conseguia manter contato com os alunos. Foi a partir dessa compreensão que se começou a pensar em estratégias de ensino dentro dessa realidade. Começou-se a produção e a postagem de vídeos curtos, pequenas dicas, exercícios que poderiam ser realizados no celular, mensagens pessoais, para se estabelecer uma comunicação diária com os estudantes. Para garantir espaços de troca, foram criados os círculos virtuais, reuniões aos sábados, que discutem temas relacionados à vida dos estudantes como “covid-19 e reabertura do comércio”, “renda básica emergencial”. Foi ressaltada a importância do processo de ensino-aprendizagem estar conectado com a vida desse público, até mesmo para se tratar de temas estruturais, como racismo (contextualizando com exemplos de racismo que eles vivenciam no dia a dia).

Tatiane, por fim, chama a atenção para a atual realidade que muitos estão vivendo (perda do emprego, crise financeira, falta de alimentos...) e, à luz de Paulo Freire, indaga sobre quais são as necessidades pedagógicas em pauta neste momento. Finaliza defendendo que a educação é processo importante e estrutural na sociedade e que escola deve recuperar seu vínculo com a comunidade na qual está inserida, voltando a ser significada como espaço de pertencimento dos sujeitos da comunidade, como um lugar de lazer, segurança e confiança.



Foto por Max Kleinen

A desigualdade aprofundada na pandemia: os atravessamentos dos marcadores raça e gênero

Paulo Souto Maior'

10

Entre os dias 20 a 24 de julho, o Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) realizou o II Ciclo de Diálogos Universidade: cenários em tempos de pandemia. Devido ao cenário mundial causado pelo novo Coronavírus, todas as atividades ocorreram no formato on-line, por meio do canal do Grupo de Trabalho de Estágio Supervisionado da UFRN no YouTube².

Nos cinco dias do evento, contamos com dez janelas de diálogos, sendo duas por dia, contemplando vários temas e contando com palestras de professores da rede básica, professores universitários, líder indígena representando do Movimento Sem Terra e discentes de cursos de licenciatura da UFRN. Dentre as mesas, destaque neste texto a de número oito, chamada “Desigualdades de raça e gênero no ensino remoto”, propondo-me a elencar algumas reflexões sobre a conversa. Ela foi mediada por mim e contou com a participação das professoras Suylene Tatiany do Nascimento Silva³, professora de Língua Portuguesa do Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire, e de Andreia Regina Moura Mendes⁴, em Natal, e a professora de História da Escola Professora Alzelina de Sena Valença, localizada em Parnamirim.

Ao longo da mesa, tanto nas falas das professoras quanto nas questões suscitadas pelo debate, entramos em contato com questões diretamente relacionadas ao termo desigualdade – que dava título à janela. As falas se relacionaram com questões conectadas aos estudos de gênero. Ora, as mulheres estão trabalhando cada vez mais na pandemia, as atividades domésticas aumentaram consideravelmente, sobretudo para aquelas que têm filhos em idade

escolar e necessitam de um auxílio especial. Se essas mulheres exercem algum trabalho além do doméstico, como procedem nas atividades em casa e em meio a tantos afazeres? Se casadas, seus/suas companheiros/as dividem as atividades domésticas? Quanto de mal-estar psicológico isso pode gerar, principalmente se considerarmos o isolamento necessário para evitar uma maior contaminação?

Tais questionamentos se casavam com a importância da discussão sobre questões raciais defendidas pelas professoras. A professora Suylene trouxe uma informação impactante e que faz pensar no fator desigualdade potencializado pela pandemia: “A maioria desses alunos (que não tem acesso à internet) é negra e que depende também de mães mulheres negras”. Marcados pela construção de sentidos atribuídos a uma cor, pelo racismo, pela herança de um país que investiu talvez como nenhum outro na escravidão e pouco refletiu sobre políticas de reparação, num momento como o que estamos vivendo a ausência de conexão com internet, sem esquecer casos de ausência de equipamentos técnicos, potencializam o não acesso à educação. A menção “filhos de mães negras” é outra questão que merece ser pensada, pois muitas vezes os empregos ocupados por essas mulheres são trabalhos domésticos, nos quais recebem cerca de um salário mínimo, ou nem isso, para sobreviver. Como lidar com esses desafios? Como pensar um encontro síncrono de apenas uma hora semanal por disciplina se o aluno não terá condições materiais, psicológicas e um espaço silencioso e calmo para estudar?

Difícil não destacar uma fala marcante da professora Andreia Regina Moura Mendes:

Não deixar de lado o papel que as meninas estão tendo dentro desse contexto de pandemia [...] No sentido que as meninas, as garotas, as adolescentes também ajudam as mães em casa. Então nessa pandemia muitas não conseguem reservar um tempo mínimo para ler os livros didáticos, ler os apontamentos no caderno, para fazer as atividades porque precisam dividir as tarefas de casa.

Dada a associação historicamente construída da relação mulheres e atividades doméstica – leia-se também mulheres e espaço privado –, não se pode deixar de lado a reflexão das particularidades de meninas ou adolescentes, especialmente se mais velha dentre os irmãos, que “precisam” tomar conta da casa, cuidar dos irmãos, fazer o que a mãe faria se estivesse presente, para só assim, após muito cansaço, parar para assistir a uma aula, ler uma apostila, realizar atividades. Considere, leitor/a, uma casa com três crianças assistindo a aulas em formato remoto, mas cujo único suporte técnico é um celular para as três.

É também essas arestas que precisamos considerar quando falamos de ensino remoto. Urge questionarmos não só quem são esses sujeitos, pergunta decisiva, mas as suas condições de acesso à internet, a arquitetura do lar, a existência ou não de um espaço para o estudo e fruição estética, a possibilidade de um tempo para estudar e ler. O que há em comum entre tais questionamentos? Muitos pontos, mas dentre eles os marcadores de raça e gênero que precisam ser tratados em relação com outros como classe, geração, pertencimento religioso, espacialidade. Creio que a janela oitocentista abriu

margem para inúmeros debates e as perguntas incrementaram uma discussão urgente e que não podemos abandonar se lutamos por educação de qualidade para todos. Sendo assim, convido você, leitor, para assistir à mesa e tirar suas próprias conclusões. Ou seria melhor dizer, primeiras questões? Dá uma conferida aqui no link: https://www.youtube.com/watch?v=mLWp7CZGE34&list=PLYwfPJNm1RqvuSuCob6CeukB3hHb7x_zM&index=8

1. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC) da UFRN
2. Conforme se vê em: <https://www.youtube.com/watch?v=OvivnAHJctE&list=PLYwfPJNm1RqvuSuCob6CeukB3hHb7x_zM>. Acesso em: 10 set. 2020
3. Formada em Letras – Língua Portuguesa e Literatura desde 2006. Especialista em Gestão de Programas e projetos de esporte e lazer na escola. Professora do Ensino Médio na rede particular e na rede pública
4. Licenciada e Bacharel em História (UFRN). Especialista e Mestra em Antropologia Social (UFRN). Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Técnica pedagógica da educação básica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Parnamirim. Professora da rede municipal de educação de Parnamirim

Enfrentamento dos desafios do ensino remoto: vozes de jovens e educadores

*Aline de Moura Mattos
Marcella Luana da Silva Lima
Tatiane Cunha de Souza Tenório*



A janela de diálogo contou com a participação da professora Adriana Frutuoso, da Escola Estadual Professor Antônio Fagundes – Natal/RN, Lauanda Pedrita, presidente da Associação dos Estudantes Secundaristas do RN – APES/RN, e o professor Robson Potier da Escola Estadual Hilton Gurgel de Castro – São José de Mipibu-RN. Contávamos ainda com Evelyn de Souza, mestranda em Educação – PPGEduc/UNIRIO, que por falhas de conexão com a internet foi impedida de participar da janela.

A professora Adriana apresentou um relato de suas experiências ao comentar sobre estratégias adotadas pela escola em que atua para se adaptar às novas exigências deste momento de pandemia, que impediu a continuação das aulas presenciais. Destacamos algumas dessas estratégias por ela apresentadas: 1) o uso do WhatsApp para manter contato com estudantes e também com familiares dos estudantes; 2) entrega de livros didáticos e atividades impressas, 3) entrega de Kits de alimentação às famílias dos estudantes em vulnerabilidade (tais kits foram providenciados por uma ação coletiva da comunidade escolar). Adriana ressaltou que a vulnerabilidade social se acentuou com a pandemia e que os professores tiveram que reorganizar seus planejamentos, adequar a infraestrutura de suas residências para aulas remotas e que estão trabalhando para encontrar e criar alternativas para enfrentar este momento. Comentou ainda sobre a importância em estimular os estudantes a terem uma rotina de estudo e a terem uma autonomia para aprender, pois não estão acostumados a estudar em casa e acabam sobrecarregados com as atividades da escola e as tarefas domésticas ou com o

trabalho. Encerrou afirmando que este cenário que estamos vivendo é um importante momento para refletirmos sobre o fazer pedagógico e ações coletivas de aprendizagens.

Lauanda defendeu a importância da educação pública e disse que essa é uma pauta para todos que se preocupam e acreditam na educação. Expôs sobre a falta de acesso às tecnologias que muitos jovens têm enfrentado, somado a uma vida difícil de conciliação entre estudo e trabalho, além de ambientes domésticos inadequados aos estudos; destacou que os professores estão enfrentando desafios similares aos dos estudantes. Também demonstrou preocupação acerca de as discussões das aulas remotas não levarem em conta os estudantes, pois eles precisam se sentir pertencentes a esse debate, como também destacou a evasão escolar, onde muitos alunos não estão na escola, porque têm que trabalhar e não conseguem conciliar o estudo e o trabalho.

Ela comentou acerca de algumas saídas para superar as dificuldades de acesso à tecnologia, como a flexibilização de chips para os estudantes (um projeto de lei ainda em tramitação) e a possibilidade de aulas serem transmitidas via televisão. Comentou sobre a necessidade em priorizar os estudantes do 3o ano do Ensino Médio para o acesso às tecnologias e apontou o ENEM como uma grande preocupação de muitos jovens. Ela defendeu que busquemos saídas e adaptações para este momento, mas não de forma acrítica; afirmou ser importante pensarmos em políticas públicas para enfrentarmos os graves problemas da educação. Em decorrência de tantos desafios e enfrentamentos, Lauanda também comenta sobre a preocupação com a evasão escolar. Uma de suas falas ressalta

a importância do estímulo para que os jovens continuem a estudar: “Que eles [os estudantes] carreguem em suas mochilas não somente caneta, não somente papel, mas cada sonho que levaram pra casa no último dia de aula presencial; que eles continuem voltando e acreditando na perspectiva de que a universidade pública vai garantir que eles se formem e alcancem cada vez mais o mercado de trabalho..”

Na sequência de falas, o professor Robson Potier se propôs realizar reflexões e autocríticas. Começou relatando sobre a experiência da escola em que atua, escola de tempo integral. Sobre o início da suspensão das aulas presenciais, Robson comentou que houve grande euforia e engajamento por parte dos estudantes, pois estavam ávidos pela continuidade do ano letivo. A gestão da escola, com muitos desafios, conseguiu formar grupos de WhatsApp com cada turma a fim de manter contato e propor aulas e atividades. Já nas primeiras semanas, Robson comentou que cerca de 40% dos estudantes se engajaram, entendendo por engajamento a participação nas aulas, execução e devolutiva das atividades. Porém, com o passar do tempo, o engajamento foi diminuindo. Alguns estudantes disseram que não estavam mais conseguindo acompanhar, que não estavam gostando da experiência e que não viam sentido em continuar a estudar já que não estavam sendo avaliados, já que as atividades não envolviam pontuação e nota.

Assim, iniciou-se um trabalho de investigação dos professores: “O que fizemos ou não fizemos para que a euforia fosse minguando? Por que houve diminuição no engajamento?”. Grande parte das reuniões de professores girava em torno da noção “precisamos nos rein-

ventar”. Em conjunto, os professores decidiram realizar enquetes a fim de que os estudantes escolhessem temas de interesse a serem abordados nas aulas. Depois dessas alterações, percebeu-se um aumento no engajamento por parte dos estudantes. A fala de Robson nos convocou a refletir não apenas sobre o êxito ou não das aulas remotas, mas sobre a revisão de velhos hábitos para que possamos renovar a escola. Ele destacou dois aspectos: a cultura de que a casa/moradia não foi historicamente construída como um local de estudo e a tradição de que “só vale se for para nota”. Por fim, Robson apontou que passamos por um momento com grandes oportunidades para revisarmos, investigarmos e nos reinventarmos.

Dessa forma, a interlocução com os participantes versou sobre desafios para o ENEM, avaliação das estratégias adotadas até agora pelas escolas, falhas estruturais que impedem o retorno às aulas presenciais, estímulo e apoio (inclusive psicológico) aos estudantes para que continuem a estudar e a necessidade de reestruturar os estágios supervisionados nesse período. Em relação aos estágios, Robson afirmou que o trabalho com os estágios supervisionados, por tudo que representa em termos de aprendizados e contribuições, seria muito bem-vindo, mas teria que ser repensado para este momento de pandemia. Na realidade atual, como não há a observação da realidade escolar e o campo do estágio físico (a escola), o trabalho demandaria uma maior interação entre o professor orientador, o professor supervisor e o estagiário, para que as práticas todas se dessem em colaboração entre os sujeitos.

Além disso, Robson destacou que não existem culpados, existem pessoas vendo como

se faz e buscando aprender com isso. Por isso, deve-se adotar uma postura de professor pesquisador, em que essas situações geram oportunidades para observar, refletir, criticar, registrar, modificar e aprender.

A partir desse diálogo, constatamos que são grandes os desafios para a promoção do ensino-aprendizagem de jovens e adolescentes da rede pública, no contexto remoto. Nesse sentido, a desigualdade social torna-se evidente, as pessoas que vivem à margem são alocadas cada vez mais distantes de uma educação pública de qualidade, de um processo de ensino-aprendizagem significativo. Para transformar tal realidade, é necessário o empenho dos governantes responsáveis por cada setor, numa busca por diminuir a distância instituída entre o aluno, sua realidade social e as aulas/atividades no contexto remoto.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia

Amanda Maria Domingos de Oliveira
Débora Karoline Silva de Azevedo
Flávia Roldan Viana

12

O momento de distanciamento social que vivemos em virtude da Pandemia da Covid-19 tem ressaltado a desigualdade social e econômica e provocado desconfortos e sofrimentos para aqueles que de fato vivenciam esse novo tempo. E, se para nós “ditos normais” não tem sido tarefa fácil, o que dizer das pessoas com deficiência, “[...] que em momentos históricos, vivenciaram diferentes formas de distanciamento (físico, psicológico, sociocultural, político e existencial-simbólico) em virtude da normatividade que se fazia acompanhar de preconceitos?” (Amorim, 2020).

Assim, a janela de diálogo “A educação especial na perspectiva da educação inclusiva”, que ocorreu no II Ciclo de Diálogos Universidade e Escola, teve como objetivo discutir a educação especial em tempos de pandemia e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. Diante do maior desafio de saúde do século 21 – a pandemia da Covid-19 – observa-se a necessidade de saber como as pessoas com deficiência estão enfrentando esse momento.

A discussão dessa temática na janela de diálogos contou com a participação da Profa. Dra. Géssica Fabiely Fonseca, da Profa. Esp. Bianca Abdon Nunes e, teria a participação da mãe de uma aluna surda de uma escola pública de Natal (RN), Alvaneide Martins da Silva de Carvalho que, infelizmente, por inconsistência da internet não participou ao vivo, mas mandou um vídeo com sua fala para fomentar o tema. As convidadas trouxeram em seus discursos vários aspectos do contexto escolar e familiar no qual se desenvolvem práticas e valores em que a diferença precisa ser vista como uma condição humana.

A profa. Géssica Fabiely Fonseca levantou reflexões de que acolher a diversidade humana não é tarefa simples, e, não significa, apenas, estar sensível a “causa”, mas apresentar múltiplos olhares sobre as práticas pedagógicas, desde as políticas de inclusão as propostas metodológicas de atuação docente, demonstrando dificuldades acentuadas nesse contexto. Dessa forma, repensar a lógica das questões didático-metodológicas, das dimensões da organização curricular e da ação pedagógica, das dimensões do perfil dos professores e dos estudantes, e do acesso a um ensino remoto, são questões estruturais urgentes.

Ainda que tecido com explícitas preocupações com as possibilidades do ensino remoto acolher os estudantes com deficiência, as ponderações trazidas pela nossa primeira palestrante, provocam reflexões sobre as necessidades de compreender a pessoa com deficiência a partir de suas singularidades, o que descortina outras especificidades que são essenciais para um ensino remoto inclusivo que atenda a todos os sujeitos.

A Profa. Bianca Abdon Nunes discutiu o contexto pessoal e familiar e a relação com o ensino remoto, além de fazer um relato de sua prática educativa nesses tempos. Relatou, também, como acontece o acompanhamento remoto das atividades curriculares de estudantes com deficiência. Seu discurso nos alerta para o necessário pensar acerca da experiência da inclusão e coloca em diálogo as diferentes possibilidades de ensino ao público da educação especial em tempos de pandemia.

As diferentes possibilidades de encontro e possibilidades de aprendizagem nos levam a entender e compreender os percursos de um

ensino remoto no contexto das diferenças, trazendo o sentido de que precisamos ressignificar a educação inclusiva de maneira a alterar significativamente a prática pedagógica.

Alvaneide Martins da Silva de Carvalho fecha, com a maestria de quem vivencia o ensino remoto inclusivo, a janela de diálogos. A mesma traz a dura realidade vivida em diferentes escolas com práticas inclusivas precárias que mais excluem o estudante com deficiência do que incluem propriamente. Não basta ter a internet e o computador, é preciso acompanhamento pedagógico. No contexto da educação de surdos, lembrou o quanto o Programa de Residência Pedagógica proporcionou a sua filha momentos ricos de aprendizagem, principalmente, da Língua Portuguesa como L2. Como resposta teve sua filha aprovada para curso no IFRN. Porém, a mesma rejeitou a matrícula, pois sonha cursar Letras/Libras na UFRN.

Em síntese, a janela de diálogos “A educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia” nos trouxe possibilidades, delineou caminhos, pois é nesse movimento, Universidade e Escola, que a docência se torna viva e atuante na educação básica. A janela nos possibilitou, também, reconhecer que Programas como a Residência Pedagógica, que atendeu pela primeira vez o curso de Letras/Libras oportunizando uma parceria com professores do Atendimento Educacional Especializado, são fundamentais para que o processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos seja fortalecido e elevado a situações exitosas.

Por fim, em vez de pressupor que o estudante com deficiência deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para o

ensino remoto o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus estudantes, com foco na eliminação das barreiras didáticas, que não estão, necessariamente, relacionadas à deficiência, mas aos estereótipos, discriminações e preconceitos.

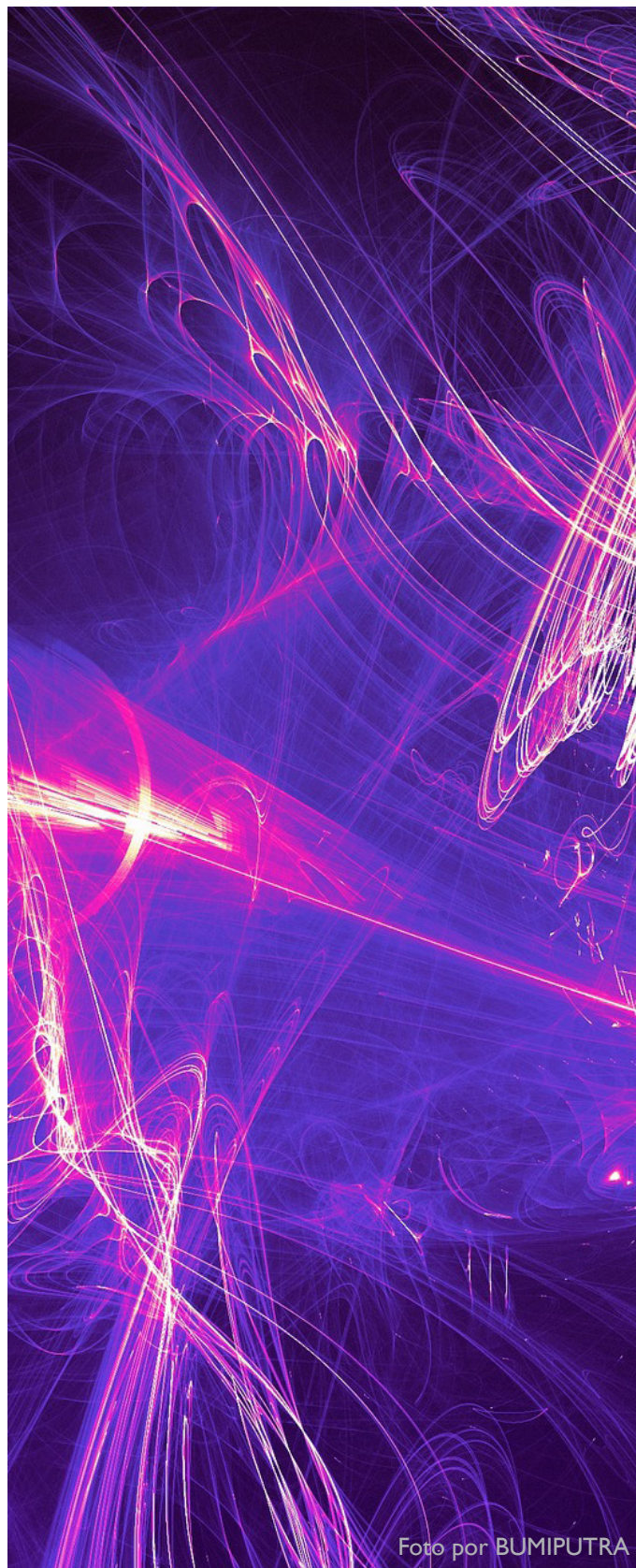



Foto por BUMIPUTRA


A close-up photograph of a red brick wall. In the lower-left quadrant, there is a circular window with a white frame and a black cross-shaped mullion. The window is set into a circular opening in the brickwork. The rest of the wall is composed of uniform red bricks with visible mortar lines.

Seção III
*Educar
pelas
Janelas*

**Família-escola na educação
infantil: diálogos, saberes
e práticas em tempos de
pandemia**

Francisca Ingrid de Lima Alves Costa Silva

13

 Centro Municipal de Educação Infantil Professora Antônia Fernanda Jalles (CMEI) fica localizado em Cidade Sa-télite, na zona sul de Natal e funciona nos dois turnos, atendendo crianças do berçário ao nível IV, além de contar com uma sala de recursos multifuncionais. Os professores e o próprio CMEI tiveram que se reinventar e se readaptar, não fugindo das propostas e práticas já promovidas pela instituição, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A Secretaria Municipal de Educação orientou as instituições que não perdessem o vínculo com as crianças e famílias neste momento de isolamento social.

A primeira ferramenta mais explorada de diálogos e interação com as famílias e crianças foi o WhatsApp. O CMEI já faz uso desta ferramenta desde 2016. Cada turma possui o seu grupo, onde estão as famílias da turma, professores, estagiários, gestores e coordenadores e com a pandemia ela foi mais explorada, assim como outras ferramentas: o Facebook e o Instagram, que são alimentados com os vídeos produzidos pelos professores e os registros feitos em casa pelas famílias, sendo socializando para todos.

Sabemos que cada família vive uma realidade, assim como os colegas professores, pois muitos tiveram pessoas acometidas pelo COVID-19 e perderam parentes e amigos. Algumas famílias continuaram trabalhando fora e dentro de casa e tiveram sua rotina totalmente modificada. As crianças já estavam construindo uma rotina na instituição, pois fazia duas semanas que o ano letivo do município tinha começado, e houve uma ruptura da rotina. Pensando nessa quebra da rotina, a primeira coisa orientada pe-

los professores foi que se criasse em casa uma rotina para a criança, de acordo com a realidade da família naquele momento, e, se possível, fosse criado para a criança um espaço com materiais não estruturados, por exemplo: garrafas, peneiras, latas, caixas, entre outros. Com isso, a criança poderia experimentar e explorar novas formas de brincar. Sabemos que a interação e a brincadeira são eixos estruturantes na Educação Infantil e que o currículo para esta primeira etapa da Educação Básica não é conteudista como nas outras etapas da educação, pois ele é construído por meio das práticas, curiosidades das crianças e suas vivências. Ela experimenta, explora, pesquisa e opina, tornando-se assim protagonista.

Sugerimos às famílias, não sendo nada obrigatório ou impositivo, que elas e as crianças construíssem brinquedos com materiais reciclados ou brincassem utilizando objetos e acessórios que tivessem em casa, oportunizando que a criança vivencie, explore, descubra novas coisas. O fato de a criança não estar na instituição de ensino, não implica que ela parou de aprender, pois ela está diariamente neste processo de desenvolvimento e aprendizagem e o brincar é muito importante, pois possibilita que a criança construa regras, possa agir, vivenciar novas experiências sobre o mundo, além de tantas outras possibilidades que esse brincar oferece. Então, que ela tenha essa oportunidade de brincar em casa, tanto sozinha como com o adulto.

Na Educação Infantil, é inapropriado trabalhar com aulas remotas porque a criança estará em frente ao computador por um período longo, mas não estará fazendo novas descobertas. Dessa forma, essas práticas não condizem com as propostas da instituição e dos documen-

tos já citados acima.

A Secretaria de Educação de Natal está em constante diálogo com a gestão, pensando em protocolos e como será essa possível volta, ainda sem nenhuma data fixa para o retorno das aulas, realizando um estudo sobre como isso ocorreu em outros países. Por sua vez, a gestão do CMEI se encontra em diálogo com os professores por meio de WhatsApp e videochamada. A interação das crianças com a professora se dá por meio de áudios, em que as crianças escolhem uma história que mais gostam para que a professora conte, por meio de vídeos de músicas feitos pelas professoras e por meio de histórias, além de receitas e outras sugestões que permitem que as crianças experimentem e descubram novas possibilidades. Também são organizadas videochamadas para que elas possam ver os outros colegas e interagir com eles e a professora. Cada profissional organiza um vídeo por semana para ser enviado no grupo das turmas e assim continuamos com esse vínculo, mantendo os laços com as famílias e as crianças.

**A nossa resistência
ativa em tempos de
quarentena**

Maria Rosineide Pereira

14

Amanhã já não seremos sós
Estaremos entre nós
Amanhã diremos nossas palavras de ordem
Com toda a força da nossa voz
Nossas canções serão entoadas sob o tremular
de nossas bandeiras

E mesmo que você não queira
Terá que aceitar o colorido de nossos turbantes
Que simbolicamente anunciarão a cor do nosso
levante

Amanhã pode ter certeza, iremos voltar às ruas
Em protestos que dirão da urgência dessa vida
nova
Que todas e todos queremos e pela qual
lutamos

Enquanto isso seremos nós por nós mesmas e
nós mesmos
Enquanto isso busquemos a unidade

Amanhã aliviaremos essa saudade
E o banzo que há algum tempo nos faz
companhia

Enquanto isso que a gente possa ir resistindo
Com nossa arte, com os nossos versos, com o
nosso jeito semear rebeldia.

(Rosa Negra)

Vivemos um período histórico de mudanças significativas na forma como a maioria das pessoas compreende o funcionamento da sociedade do consumo, no sentido de perceber como ela foi estruturada para aferir a máxima capacidade de lucro aos donos do capital passando por cima de tudo que esteja no caminho, inclusive da vida humana. Essa questão não era tão evidente assim para essa parcela da sociedade até enfrentarmos as consequências da pandemia do COVID- 19. A crise que estamos vivendo, desde fins de 2008, e que pode se dizer que é estrutural por ser uma crise sócio, política e econômica, se agravou muito nesse período e pode afetar a vida de toda a humanidade pelo menos para os próximos 10 anos segundo os/as especialistas.

Cadernos de Estágio Vol. 2 n.1 - 2020

Alguns fatores têm contribuído para o agravamento das questões acima colocadas em nosso país, como por exemplo, a irresponsabilidade política do presidente que opera o tempo todo com atitudes que negam a importância da ciência e não incentiva ações de combate ao novo coronavírus, pelo contrário faz questões de desdizer a eficácia das orientações realizadas pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Nesse sentido, ocorre em todo o território uma difusão descontrolada dos casos de coronavírus e ao mesmo tempo um descaso pelos mortos. Acrescenta-se a isso, a pressão de empresários e as ações que vão na contramão do razoável, numa busca de retorno à normalidade que estão conduzindo o Brasil a condições trágicas, tanto sanitárias quanto econômicas.

Como era de se esperar, as consequências são maiores para as vidas consideradas sem importância, ou seja, da população mais carente e por isso o fique em casa, higienize mãos e alimente-se são recomendações que não fazem muito sentido para quem vive nas periferias e favelas, nas ruas, prisões, entre outras. A forma como a vida humana tem sido banalizada vai conformando no senso comum essa ideia de que muitos/as irão morrer por causa da pandemia, mas também por falta de condições materiais de vida.

No entanto é como se aparentemente estivesse tudo bem, aparentemente, porque na essência, há um questionamento acerca das alternativas possíveis e dentre estas está à defesa dos direitos sociais como uma tarefa urgente. É necessário o estabelecimento de uma estratégia para defesa da dignidade humana e para pensar a vida em sociedade na

pós-pandemia. Nesse contexto, enquanto MST, temos nos colocado alguns desafios, tais como: cuidar das pessoas, da saúde física e mental do povo; desenvolver ações de solidariedade, matar a fome do povo e organizar o povo; luta pelos direitos; centralidade e unidade da luta para derrotar o governo Bolsonaro e os bolsonaristas; apropriar-se das novas ferramentas de comunicação. É bem verdade que vivemos uma realidade caótica, mas é urgente o resgate de valores humanistas como indignação, solidariedade e a defesa da vida acima do lucro.

1. “A solidariedade é a ternura dos povos”

A palavra solidariedade vem do latim, in solidum e significa responsabilidade coletiva, empatia e respeito pelo/a outro/a. Para as classes dominantes o termo solidariedade é sinônimo de ações assistencialistas realizadas por entidades e/ou pessoas físicas, que por décadas, acumularam e exploraram vidas humanas ou têm profissões e cargos, cujos salários ultrapassam os limites da ética e da justa partilha. Essas ações assistencialistas partem da perspectiva de manter as relações de poder.

Já a classe trabalhadora, a solidariedade constitui-se enquanto um valor fundamental tem a ver com comprometimento e amor pela humanidade, isso implica em agir para o bem coletivo; tem sentido de ação para justiça social. Neste sentido, o momento é de ação e de unidade campo e cidade;

“A solidariedade é a ternura dos povos” e a mística que move nossa militância. As ações sempre fizeram parte das resistências populares nos momentos mais difíceis, no Cristianismo

temos o exemplo da multiplicação dos pães e peixes, da vida de São Francisco e de Madre Tereza de Calcutá, por exemplo. Também havia muita solidariedade e resistência entre os povos escravizados trazidos da África para América, como o cuidado de deixar comida nas encruzilhadas para os/as que estivessem em fuga para os quilombos poderem se alimentar no caminho. Podemos citar também as brigadas de solidariedades internacionalistas organizadas por Cuba nas campanhas de alfabetização ou com médicos/as cubanos/as que se espalham mundo afora. Esses exemplos fortalecem essa ideia de Ernesto Che Guevara “Acima de tudo procurem sentir no mais profundo de vocês qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. É a mais bela qualidade de um revolucionário”.

2. A campanha de Solidariedade Periferia Viva: “Vamos precisar de todo mundo”

Desde março as ações de solidariedade cresceram em todo o país. A campanha de solidariedade Periferia Viva é composta por organizações do Campo Popular e se constitui numa rede de apoio às populações mais impactadas economicamente pelo coronavírus em nível nacional. Para o MST o compromisso com a campanha de solidariedade está relacionado com o nosso programa de Reforma Agrária Popular e com a nossa missão que é produzir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora.

As ações realizadas vão desde as doações de alimentos, a formação para o trabalho de base/saúde popular (agentes populares de saúde), as marmitas solidárias/cafés solidários, a confecção de máscaras,

a construção de hortas comunitárias. Além disso, estamos mobilizando estudantes para participar do cursinho popular Podemos + e fazendo orientações sobre os cuidados com a saúde do lar, pessoal e violência contra mulher. Essas ações se dão na contramão dos que defendem o lucro acima da vida e demonstram a insuficiência da assistência prestada pelo poder estatal diante da mais aguda crise sistêmica e sanitária do último período.

Por isso, os desafios que se fazem necessários partem da urgência de ir aliviando a fome, cuidar do povo, buscar formas de auto-organizar a educação popular, construir ferramentas alternativas de comunicação, além da retomada do trabalho de base. Esse último desafio, mas não menos importante, reforça a ideia de que a construção de uma saída coletiva se dará a partir destas e outras ações cotidianas de resistência realizadas num processo de solidariedade ativa pela própria classe trabalhadora.

O trabalho docente no contexto da pandemia

*Nathalie Rose Ramos da Fonseca
Araújo*

15

Em meados de julho de 2020, participei de uma experiência de compartilhamento de vivências docentes durante o III Ciclo de Diálogos Universidade e Escola - Cenários em tempo de pandemia, evento promovido pelo Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Inicialmente fiz uma breve apresentação pessoal com o intuito de situar os participantes quanto ao meu lugar de fala, de mãe-solo, professora em dois turnos nos ramo público e privado e pesquisadora em fase de conclusão de mestrado, para que assim pudesse compartilhar conhecimento e gerar proximidade a quem me via e ouvia.

Logo após a apresentação introdutória, relatei o quanto é importante tratar sobre o trabalho docente, principalmente em contexto de pandemia, no sentido de compartilhar ideias, testagens e experiências exitosas para que essa nova realidade de trabalho ocorresse de maneira mais sensível e empática possível. Ressaltei, nesse contexto, a importância do acolhimento do professor, quanto ser humano e profissional, a compreender o quão diferente e desafiador é o momento.

Em seguida, trouxe um breve panorama acerca das revoluções tecnológicas que passamos enquanto sociedade, a revolução agrícola, a industrial, a digital e a da informação (a qual estamos inseridos atualmente, na Era da Informação) com o objetivo de refletirmos o quanto fomos e ainda somos impactados por esses movimentos de transição na sociedade. E, em meio a era da informação, a pandemia impôs uma brusca e emergencial quebra de rotina em nossas vidas de modo complexo e integral.. Além disso, evidenciou a interação com suporte tecnológico como estratégia para a continuidade

de do processo de ensino-aprendizagem.

A mudança emergencial e brusca de rotina causou um “efeito susto” em muitos, visto que em 17 de março de 2020 com o decreto de suspensão das aulas presenciais por conta do risco de contágio de Covid-19 fez-se necessário pensar rápido e criar estratégias para um cenário educacional desconhecido até então. Apresentei inquietudes quanto à pressa em criar um ambiente educacional remoto imediato em algumas escolas particulares, sem tempo para um planejamento mais detalhado frente a essa nova realidade. E também inquietei-me frente a demora no setor público para pensar em possibilidades e estratégias para continuidade do ano letivo, podendo trazer prejuízos futuros para os agentes envolvidos no processo educacional, principalmente para os alunos. A partir disso, pode ser gerada uma reflexão acerca do abismo social que ficou muito mais evidente entre as duas realidades educacionais, a pública e a privada.

Após isso, foi feita uma reflexão sobre a entrada do nosso trabalho em nossos lares de maneira massiva, e com isso o que era privado tornou-se público, além disso, a rotina de trabalho tornou-se ainda mais intensa, pois para contemplar a carga horária anual, ainda sem alterações ou adaptações regimentais, muitas escolas privadas trouxeram o tempo de aulas presenciais para a nova realidade de aulas remotas. Vale ainda trazer à tona que a nova rotina de trabalho e a demasiada exposição em tela tomou muitas horas de cada dia transcorrido, percebe-se certa ausência de limites ou bordas quanto ao horário de expediente, além das várias tarefas pessoais e profissionais que se misturam dentro de um mesmo espaço, a nossa

casa. Com isso, os dias tornaram-se cansativos para professores e alunos.

Essa nova rotina profissional fez com que todas as áreas da vida se mesclassem no mesmo ambiente, ao ponto que as demandas afetivas e, familiares sofressem defasagem e nos sobrecarregassem enquanto indivíduos. Por isso, coube ressaltar a importância do autocuidado e do respeito por si que todo professor precisa ter principalmente nesse novo contexto. A começar do estabelecimento do horário de trabalho e assuntos relacionados, já que com a popularização da tecnologia móvel, em destaque, os smartphones, que são um tipo de tecnologia invisível, extensão do nosso corpo, tendemos a utilizá-los em demasia estendendo, por exemplo, a possibilidade de envio de atividades ou respostas às dúvidas dos alunos em horários que deveriam ser de descanso ou lazer.

Finalizei o momento de fala com uma reflexão acerca das duas realidades docentes que vivo. Pela manhã, uma escola particular, referência no Google for Education que tem à disposição um suporte tecnológico suficiente para o prosseguimento das aulas remotas, bem como um corpo discente com livre acesso a vários aparatos tecnológicos sem maiores prejuízos ao processo de interação de aula. Já à tarde, uma escola pública da região metropolitana em que o recurso possível para manutenção do contato entre escola e família foi o Whatsapp, ambiente on-line, que possibilita a comunicação e compartilhamento de atividades assíncronas, mas que nem todos os alunos foram atingidos a considerar que uma porcentagem dos alunos não dispõem de um celular e/ou internet, restando como estratégia a impressão de atividades e entrega quinzenal na escola do pacote de ativi-

dades. Depois disso, reiterei a importância do respeito e autocuidado que cada professor deve ter, além de buscar contar com apoio virtual de colegas de área, no sentido de compartilharem ideias e experiências no sentido de otimizar o trabalho nesse contexto de pandemia.



Foto por Jakob Owens

**Desafios do ensino remoto para
jovens e adolescentes em contexto da
pandemia do Covid-19, experiência de
uma escola Estadual em Natal**

Adriana Frutuoso Barbosa

16

Em um cenário de incertezas e mudanças repentinas, nos deparamos em meio à crise do COVID- 19. Já eram perceptíveis grandes desafios anteriormente na conjuntura escolar. Presenciamos um contexto de ataque à escola, a classe docente, ataque à Ciência, o negacionismo científico.

Procurei expressar na oportunidade de discussão proporcionada pelo evento online II Ciclo de Diálogos - Universidade e Escola alguns desafios através do meu olhar e em uma perspectiva mais empírica, de alguns processos vivenciados pela comunidade escolar a qual atuo como professora de Ciências nos anos finais do ensino fundamental 2. Na Escola Estadual Professor Antônio Fagundes, localizada no município de Natal-RN, em um bairro periférico, nestes primeiros meses de pandemia. Relato as possibilidades iniciais de contato com os nossos alunos e direcionamentos pedagógicos.

Primeiramente, tivemos todos (gestoras, equipe pedagógica, e equipe docente) que adotar uma postura de enfrentamento e não negar as dificuldades que se apresentavam diante de nós. Com os primeiros encaminhamentos da secretaria de educação, surgiu através de planejamentos com o grupo local, a proposta de realização de atividades de ensino remoto emergencial! O envio de atividades, diante de situações distintas. Estávamos diante da tarefa para a elaboração de propostas de ações virtuais. Percebemos alguns desafios, a saber:

O primeiro desafio: o cenário, localizar todas as famílias. Esse processo exigiu um grande esforço da gestão, através de pesquisas nas fichas de matrículas, muitos telefones desatualizados precisaram ir a algumas casas, em mandar recados, surgiu uma dificuldade, que foi

a exposição desses profissionais. Tivemos que, em meio ao caos pensar no outro, reorganizar nossos pensamentos, emoções, planejamentos diante da circunstância tão nova para todos: a escola, docentes, família e para os adolescentes envolvidos. Para grande parte dessas famílias que já se encontram em um ambiente hostil e desafiador, em situação de vulnerabilidade social, o que a circunstância atual acentua.

Nossos alunos encontram-se na fase da adolescência, que é particular e cheia de desafios, onde o adolescente procura no meio, tanto familiar como escolar, a construção da própria identidade. A importância da escola para os adolescentes vai para além do espaço físico, em si. Existe uma estreita relação entre o adolescente e o espaço escolar. Identificando na escola um local de proteção, um espaço próprio, onde há reencontro entre eles, possuem as suas expressões valorizadas, um lugar de respeito aos seus direitos. Todos esses aspectos, mudanças e privação do acesso a esse espaço, estão diante da nova rotina desses alunos em um contexto de pandemia.

O segundo desafio: desprovimento de conectividade, equipamentos, ausência de material (tablets, celular). Encontramos muitas situações em que existe apenas um dispositivo por família, os pais precisam sair para trabalhar e levam o smartphone. Há disparidades sociais até dentro da própria comunidade escolar. Precisaríamos de, ao mesmo tempo, ter o equilíbrio de não aprofundar ainda mais as desigualdades sociais. E não propiciar o aumento do número de evasões, a atenuação da distorção idade série. Não privar os alunos do direito às aprendizagens, a educação. Teríamos que desenvolver estratégias de continuidade dos ensinamentos

diversos; e atendimento ao aluno com ou sem acesso à internet. Surgiu a ideia de entrega dos livros didáticos, orientações e tarefas impressas por quinzena. Além dos encontros agendados semanalmente e plantões com os professores por meio de grupos whatsapp. Além das questões de infraestrutura dos alunos, não poderemos deixar de mencionar as questões de falta de infraestrutura do professor e as adaptações estruturais de vários profissionais.

O terceiro desafio: a reestruturação do próprio fazer pedagógico, de modo que fosse rápido, sem treinamentos direcionados necessários. As intervenções deveriam ser eficazes para gerar as comunicações com os nossos estudantes adolescentes a fim de que os produtos elaborados trouxessem significatividade. Envolver os estudantes para essas novas estratégias, é uma readaptação para todos. De todo, um refazer, um rompimento com as ideias e planejamentos já elaborados, desenvolver os usos dos recursos disponíveis, repensar as ferramentas tecnológicas como principais aliadas no ensino, novas maneiras e interpretações. Tudo bem diferente de estar juntos presencialmente. Como comunicar? E desenvolver no aluno o protagonista das próprias aprendizagens mais efetivamente. Ajustar as realidades aos documentos oficiais tais como o desenvolvimento de competências e habilidades da BNCC.

O quarto desafio: estimular e convencer os estudantes a criar uma rotina de estudos e acreditar, participar, selecionar a educação escolar como prioridade em meio a tantas distrações que a rede disponibiliza. Surgem episódios de relatos de que estão se sentindo sobrecarregados, apontam tarefas domésticas, tarefas para ajudar na renda familiar. Acúmulo de funções. A consequência é a desconcentração, falta de estabelecimento de rotina. Encorajar a esses adolescentes a entregarem uma devolutiva, pois nessa idade, os pais não estão tão próximos, os adolescentes já têm autonomia de escolha. Percebemos essa dificuldade e a coordenação pedagógica mantém contatos em grupos ou no privado.

Há grande relevância nas ações coletivas como a reflexão e compartilhamento sobre as práticas desenvolvidas; planejamentos e replanejamentos conjuntos entre a equipe e professores. Esta nova vivência me faz perceber que todos envolvidos no processo de ensino remoto com alunos adolescentes, deverão estar entusiasmados e incentivar esses estudantes, que vai questionar e que vai provocar discussões, tanto a respeito dos conteúdos como também levantamento de outras tantas questões. Logo, refletir, repensar, e refazer serão caminhos a percorrer em contínuo.

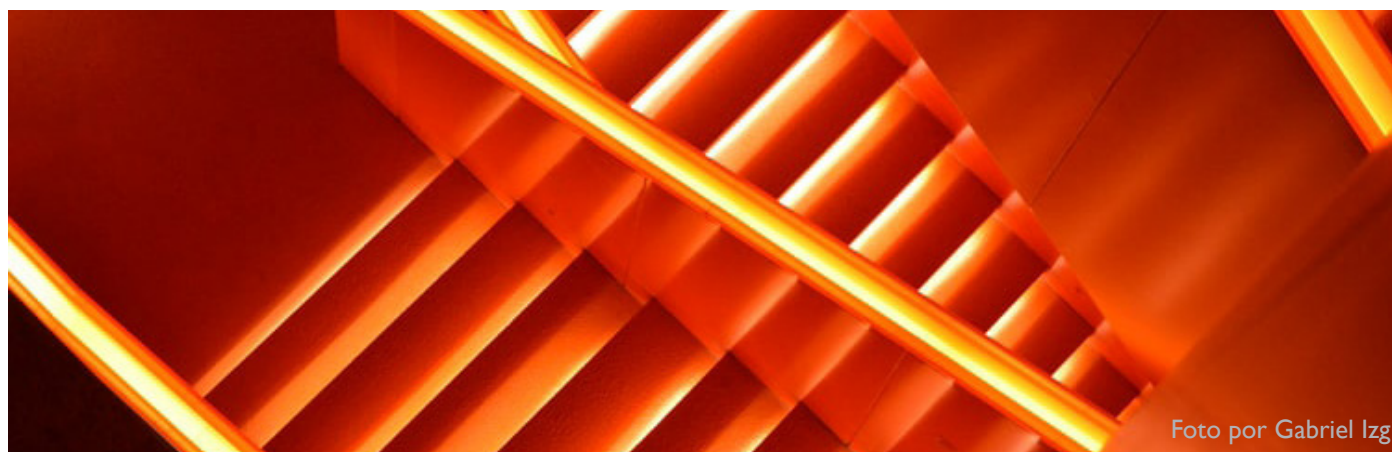


Foto por Gabriel Izgi

**Conversando sobre aulas
remotas em uma escola
pública de ensino integral, em
tempos de pandemia**

Robson Potier

17

Diante da oportunidade de ter contato com as inúmeras e riquíssimas reflexões, problematizações, proposições, proporcionadas ao longo das dez janelas virtuais organizadas para o II Ciclo de Diálogos - Universidade e Escola, que nesta edição abordou o tema Cenários em tempos de pandemia, busquei contribuir levando alguns relatos e provocações à Janela de Diálogos 9 – Desafios do ensino remoto para jovens e adolescentes.

Os pontos abordados em minha fala referiram-se ao período de isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus (2020) e tiveram como base algumas das experiências, de implementação de estratégias para a aplicação de atividades remotas junto aos alunos do Ensino Médio Integral na Escola Estadual Professor Hilton Gurgel de Castro, em São José do Mipibú, onde leciono História em regime de 40 horas semanais.

Inicialmente, busquei situar a Hilton Gurgel como uma escola de periferia em um município da Grande Natal, sendo essa uma unidade escolar que atende a um público ligado a comunidades com altos índices de vulnerabilidade socioeconômica. Diante de tal cenário, busquei sublinhar as dificuldades materiais que os alunos e suas famílias, muitas vezes, encontram para possuir meios de comunicação (internet, computador, celular) capazes de garantir um acesso de qualidade às atividades remotas propostas pela escola. Ainda assim, ressaltei que um levantamento inicial conduzido pela gestão da escola apurou que 81 dos 104 aluno(a)s matriculado(a)s possuíam algum canal de internet e algum tipo de equipamento para acessá-lo.

Para além das precariedades materiais detectadas, um dos fatores que se apresentou

como obstáculo inicial para que nossos alunos e alunas aderissem às aulas e atividades remotas foi a falta de costume para estudar em casa. Entra aí a primeira provocação que busquei levar àquela Janela de Diálogos: segundo argumentações proferidas pelos próprios alunos e alunas, nunca lhes havia sido demandada uma rotina de estudos no ambiente de casa. Muitos alunos e alunas descreveram seus lares como especialmente pequenos para abrigarem muitas pessoas, entre as quais, pais, avós e irmãos, muitas vezes numerosos. Como, infelizmente, não é de se estranhar em nossa sociedade estruturalmente machista, muitas alunas também reclamaram que, uma vez confinadas em casa, eram atribuídas a maioria das atividades domésticas, o que incluía cuidar de irmãos mais jovens.

Somam-se aos fatores expostos o fato de que se criou, historicamente, sobretudo em nossas escolas públicas, certa mentalidade que leva os alunos a serem que só precisam debruçar-se sobre os estudos em períodos avaliativos que, apesar de todos os avanços alcançados pelos estudos sobre avaliação e planejamento dos processos de ensino e aprendizagem, ainda ocorrem majoritariamente, de maneira somativa e ranqueadora, nas famosas “semanas bimestrais de provas”. É diante desse cenário que entra a segunda provocação por mim levantada: no início do processo de ensino remoto a maioria dos nossos alunos questionou se suas respectivas participações seriam quantificadas em forma de nota bimestral. Ao serem informados de que seu engajamento não “valeria nota”, muitos alunos e alunas simplesmente declararam que não participariam das atividades.

Foram necessárias diversas revisões de

estratégias para a condução de atividades remotas até conseguirmos que gradativamente mais alunos se dispusessem a aderir ao novo formato. Dentre as estratégias que nossa escola pode apontar como exitosas, podemos citar: 1. Passamos a promover aulas virtuais dialogadas através Google Meet, seguidas de atividades que demandariam pesquisas e deveriam sempre ser entregues na semana seguinte; 2. Ao invés de aulas por disciplina, passamos a planejar aulas interdisciplinares organizadas por área de conhecimento (Humanas, Exatas, Ciências da Natureza); 3. No caso das aulas de Ciências Humanas, foram realizadas enquetes que consultaram os alunos sobre quais temáticas eles gostariam que fossem abordadas. Isso atraiu os alunos para discussões que eles foram passando a considerar relevantes para as suas respectivas vidas práticas.

Finalmente, diante do relato desses fragmentos de experiências ainda em andamento, busquei levantar as seguintes reflexões: 1. O contexto da pandemia obrigou professores, alunos e comunidade escolar a reinventarem suas práticas, portanto, precisamos estar atentos e dispostos a registrar e refletir sobre essas mudanças; 2. A pandemia também deu visibilidade realçada a antigos vícios e más práticas pedagógicas que muitas vezes naturalizamos e reproduzimos sem perceber. Entre essas práticas, encontramos a equivocada noção de que só tem valor pedagógico a atividade escolar que for quantificada por nota. 3. Diante das mudanças e aprendizagens demandadas pelo momento atual, precisamos nos preparar para rever grande parte da estrutura de ensino até então tidas como “normais” na maioria das nossas escolas.

Há muito trabalho a ser realizado.

Educação das relações étnico-raciais para a igualdade

Andreia Regina Moura Mendes

18

A ausência de discussões sobre negritude, africanismo e racismo é frequente nos cursos de licenciaturas das universidades brasileiras, apesar de um movimento coordenado para o amplo debate dessas questões ter surgido no Brasil após o processo de redemocratização. Nossa primeira aproximação com a temática ocorreu apenas no curso de mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando tivemos contato pela primeira vez com os debates clássicos e contemporâneos sobre etnicidade, etnogênese e construção identitária (MENDES, 2010).

Podemos afirmar que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que surgiu o primeiro marco legal para redesenhar as políticas públicas sobre as demandas e nesse sentido orientar uma prática educativa para superação do racismo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), foi outro marco essencial para direcionar a formulação de um currículo que contemplasse a diversidade sociocultural do nosso país. Entretanto, faltava uma legislação que enfatizasse o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, assim foi elaborada a Lei 10.639, de 2003, que discute a implementação das políticas de igualdades racial e social.

Mesmo com Marcos Legais que servem de orientadores de uma educação das relações étnico-raciais para a igualdade, são muitos os desafios para superação do racismo, desde o modelo de formação cultural do povo brasileiro (RIBEIRO, 2006), marcado pelo passado colonialista, a forte presença da escravidão e da falta de políticas ainda no século XIX para inserção dos ex-escravizados na sociedade e economia brasileiras. Todas essas problemáti-

cas ocasionaram o aprofundamento das relações desiguais entre os grupos étnicos no país e, com acentuadas diferenças socioeconômicas entre negros e brancos. Tudo isso complementado pela falta de relativismo diante da cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas.

Diante de todo esse contexto, como promover o debate sobre as relações raciais na educação básica? É necessário se apropriar dos marcos legais já citados e conhecer os documentos auxiliares como as Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-raciais e a Cartilha: Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e indígena. Uma prática docente voltada para uma educação das relações étnicas na educação básica exige do docente um conhecimento sobre as raízes do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) presente na sociedade brasileira, como também uma compreensão de como devemos superar o racismo enquanto sistema de opressão (RIBEIRO, 2019) e assim promover uma educação antirracista.

Referências:

- BRASIL. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. DISTRITO FEDERAL. Secretaria para assuntos de raça e sexualidade. Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Discutindo e implementando políticas de igualdades racial e social. Brasília: Setor de indústrias gráficas, 2008.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MENDES, Andreia Regina Moura. A educação da diversidade nos níveis fundamental e médio. Revista eletrônica Interlegere. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/

ex01/pdf. Acesso em 12 de abril de 2010.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Foto por InspiredImages



Foto por Ronald Cuyan